




CÂMARA DOS DEPUTADOS

**RELATÓRIO
DE GESTÃO**

2023



Câmara dos Deputados
57ª Legislatura | 2023-2027

Presidente
Arthur Lira

1º Vice-Presidente
Marcos Pereira

2º Vice-Presidente
Sóstenes Cavalcante

1º Secretário
Luciano Bivar

2º Secretária
María do Rosário

3º Secretário
Júlio Cesar

4º Secretário
Lucio Mosquini

Suplentes de secretários

1º Suplente
Gilberto Nascimento

2º Suplente
Pompeo de Mattos

3º Suplente
Beto Pereira

4º Suplente
André Ferreira

Secretário-Geral da Mesa
Lucas Ribeiro Almeida Júnior

Diretor-Geral
Celso de Barros Correia Neto



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RELATÓRIO DE GESTÃO 2023



edições câmara

Câmara dos Deputados

Diretoria-Geral Celso de Barros Correia Neto

Assessoria de Projetos e Gestão Valéria Santos Paiva Dias Lima

Centro de Documentação e Informação João Luiz Pereira Marciano

Coordenação Edições Câmara Ana Lúcia Mendes

Coordenação de conteúdo Assessoria de Projetos e Gestão

Preparação de originais Seção de Revisão/Coedi

Revisão Silvia Renata Resende e Mariana Moura

Projeto gráfico Vinicius Chozo Inoue

Infográficos Karla Luz, Pablo Alejandro, Thiago Fagundes e Isadora Carpaneda Lima Resende

Diagramação Giselle Sousa

2024. Linha Institucional.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Bibliotecária: Fabyola Lima Madeira – CRBI: 2109

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados.

Relatório de gestão 2023 [recurso eletrônico] / Câmara dos Deputados – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2024.

Versão E-book.

Modo de acesso: bd.camara.leg.br

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, relatório, 2023. I. Título.

CDU 342.532(81)(047)

Direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/2/1998.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio sem prévia autorização da Edições Câmara.

Venda exclusiva pela Edições Câmara.

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

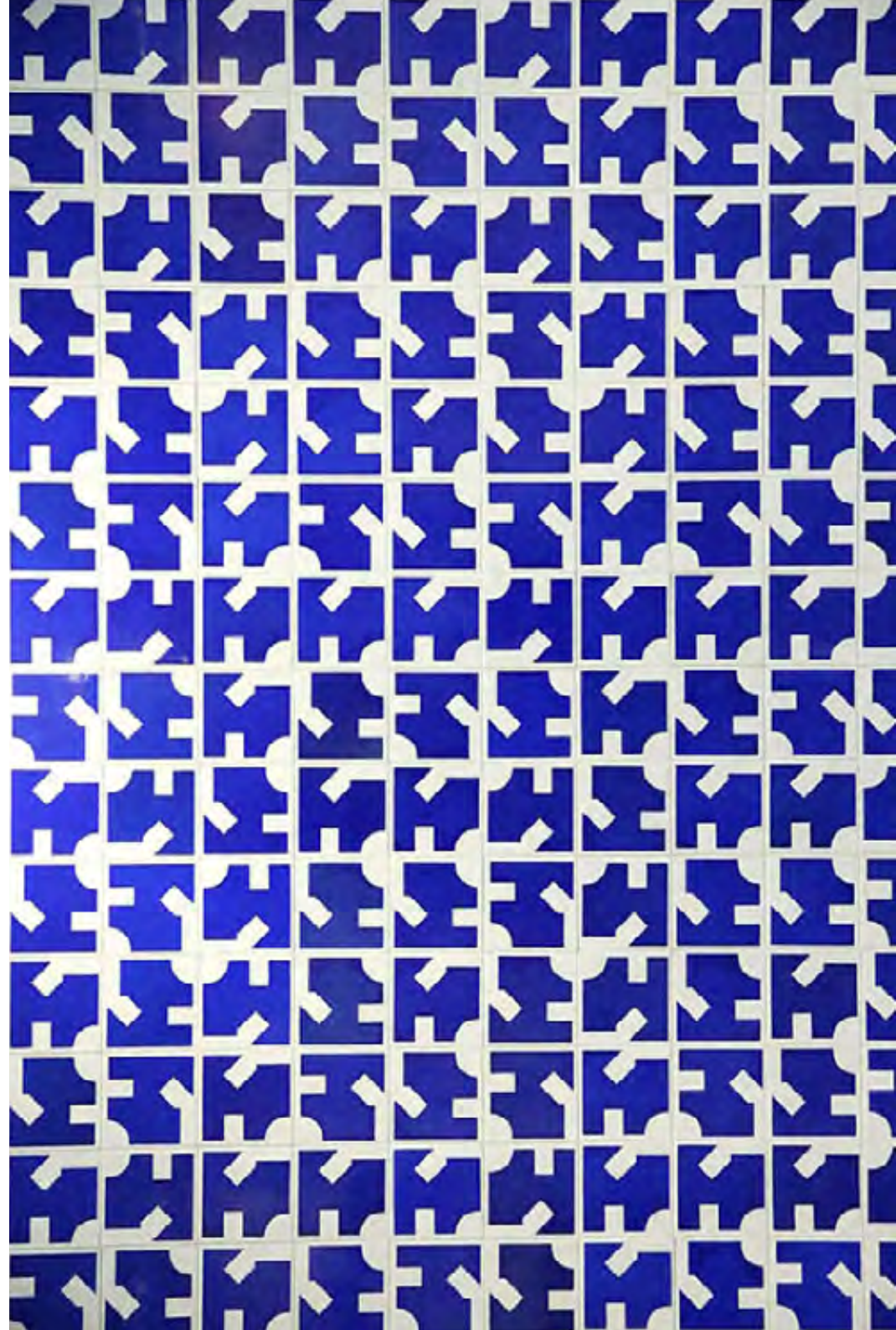
Coordenação Edições Câmara – Coedi

Palácio do Congresso Nacional – Anexo 2 – Térreo

Praça dos Três Poderes – Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5833

Livraria.camara.leg.br



SUMÁRIO

1 MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS _____	6	4.3 PROJETOS APROVADOS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA O BIÊNIO 2023-2024 _____	23	5.2 GESTÃO DE PESSOAS _____	33	5.5.3 CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO _____	40
2 A CÂMARA DOS DEPUTADOS _____	8	4.3.1 PROJETOS REMANESCENTES DO BIÊNIO 2021-2022 _____	23	5.2.1 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO _____	33	5.5.4 INSTALAÇÃO DE USINA FOTOVOLTAICA _____	40
2.1 PRODUÇÃO LEGISLATIVA _____	9	4.4 GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVA E CONTROLES INTERNOS _____	24	5.2.2 ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS _____	36	5.5.5 TRANSPORTE _____	41
2.2 AÇÕES DE SUPORTE À ATIVIDADE LEGISLATIVA _____	11	4.5 PRINCIPAIS AÇÕES DE CONTROLE E DE CORREIÇÃO _____	25	5.2.3 AÇÕES VOLTADAS À GESTÃO DE PESSOAS _____	36	5.6 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO _____	42
3 GOVERNANÇA E GESTÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS _____	13	4.5.1 AUDITORIA INTERNA _____	25	5.2.4 SAÚDE _____	37	5.6.1 MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC _____	42
3.1 RELAÇÃO ENTRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E A ATIVIDADE LEGISLATIVA _____	14	4.5.2 CORREIÇÃO _____	27	5.3 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS _____	37	5.6.2 ESTRATÉGIA DIGITAL 2021-2024 _____	43
3.1.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DE PROCESSOS DE TRABALHO _____	14	5 RESULTADOS POR ÁREA DE GESTÃO _____	28	5.3.1 PANORAMA DAS AQUISIÇÕES REALIZADAS EM 2023 _____	37	5.6.3 PRINCIPAIS NÚMEROS _____	43
3.1.2 ARQUITETURA DE PROCESSOS _____	16	5.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA _____	29	5.3.2 CONTRATOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA _____	38	5.6.4 PRINCIPAIS PRODUTOS DE TIC ENTREGUES EM 2023 _____	44
3.2 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA _____	17	5.1.1 PERFIL DO GASTO _____	29	5.4 GESTÃO DO PATRIMÔNIO _____	38	6 ACESSIBILIDADE E SUSTENTABILIDADE _____	46
3.2.1 GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL NA CÂMARA DOS DEPUTADOS _____	18	5.1.2 EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA NOS ÚLTIMOS ANOS _____	30	5.4.1 IMÓVEIS DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS _____	38	6.1 ACESSIBILIDADE _____	47
3.3 MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES _____	19	5.1.3 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA _____	30	5.4.2 DESFAZIMENTO DE BENS _____	39	6.1.1 AÇÕES DE ACESSIBILIDADE REALIZADAS EM 2023 _____	48
4 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – MISSÃO, VISÃO E VALORES _____	20	5.1.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS/ PROJETOS/AÇÕES _____	31	5.5 GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E EDIFICAÇÕES _____	39	6.1.2 SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS _____	49
4.1 ENCERRAMENTO DO CICLO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2012-2023: UM OLHAR RETROSPECTIVO _____	21	5.1.5 DISCUSSÃO DO DESEMPENHO ATUAL X DESEMPENHO ORÇADO _____	32	5.5.1 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO _____	39	6.2 SUSTENTABILIDADE NA CÂMARA _____	50
4.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA O BIÊNIO 2023-2024 _____	22	5.1.6 PRINCIPAIS DESAFIOS E PERSPECTIVAS _____	32	5.5.2 SEGURANÇA DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO EDIFICADO _____	40	6.2.2 EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE _____	51
						6.2.3 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES _____	52

7 PARTICIPAÇÃO, INTERAÇÃO E DIVULGAÇÃO LEGISLATIVA	53
7.1 COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE	54
7.2 EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA	57
7.3 TRANSPARÊNCIA	58
7.3.1 GESTÃO DO RELACIONAMENTO	58
8 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	60
8.1 PRINCIPAIS DADOS EXTRAÍDOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	61
8.1.1 BALANÇO PATRIMONIAL	61
8.1.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	64
8.1.3 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	66
8.1.4 BALANÇO FINANCEIRO	67
8.1.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	67


9 TÓPICOS ESPECIAIS	68
9.1 AÇÕES RELATIVAS AO 8 DE JANEIRO	69
9.1.1 MEDIDAS PREVENTIVAS	69
9.1.2 MEDIDAS EMERGENCIAIS	70
9.1.3 MEDIDAS POSTERIORES	71
9.2 OS 35 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	71
9.2.1 SESSÃO SOLENE DO CONGRESSO NACIONAL	71
9.2.2 SELO COMEMORATIVO	71
9.2.3 EXPOSIÇÃO CULTURAL	72
9.2.4 PUBLICAÇÕES	72
9.2.6 AUDIOVISUAIS	73
9.2.7 PÁGINA NO PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	73
10 ANEXOS E APÊNDICES	74
10.1 DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO	75





1

**MENSAGEM DO
PRESIDENTE DA
CÂMARA DOS
DEPUTADOS**



A Câmara dos Deputados apresenta seu Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2023, em cumprimento ao dever constitucional de prestar contas, previsto no art. 70 da Constituição Federal. O documento reúne uma síntese dos principais resultados da gestão e das ações empreendidas pelas unidades de apoio técnico-legislativo e técnico-administrativo da Casa, em suporte à missão institucional.

O início de 2023 foi marcado pelas invasões, em 8 de janeiro, aos edifícios do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto. Naquele momento, a gestão da Câmara dos Deputados, que já adotava medidas preventivas relativas a incêndio, pânico e demais situações de emergência, atuou prontamente no desenvolvimento de ações emergenciais e de recuperação do patrimônio público. Os prejuízos financeiros não foram irrelevantes, mas, nesse episódio em que não se pode falar de vitoriosos, a imagem de uma democracia sólida foi o principal saldo. O Plenário Ulysses Guimarães pôde funcionar no dia seguinte, de modo que a Casa não viu interrupções na realização de suas atribuições republicanas: ouvir a sociedade, proporcionar o diálogo construtivo, fiscalizar a aplicação de recur-

sos e garantir a estabilidade política a partir da elaboração e da aprovação de atos normativos.

Esse momento triste da história brasileira foi contemporâneo a importantes comemorações. O Brasil celebrou, em 2023, o bicentenário da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império e os 35 anos da Constituição Federal. Uma série de atividades foi realizada em alusão às datas como reconhecimento da importância histórica desses marcos e do compromisso contínuo do Parlamento com a construção de um país mais justo e democrático.

Para o desempenho da missão institucional, foram realizadas 283 sessões plenárias, nas quais ocorreu a apreciação de 203 matérias. Nas comissões permanentes e temporárias, aconteceram cerca de 3 mil encontros, entre reuniões e eventos, com a apreciação de 3.745 matérias. O engajamento de todo o corpo político e administrativo implicou importantes avanços para o Brasil, entre os quais se incluem a reforma tributária e o novo arcabouço fiscal.

Em apoio à realização das tarefas legislativas, a Câmara dos Deputados deu continuidade ao intenso esforço para modernizar procedimentos e atividades e para estreitar o relacionamento

com os cidadãos, por meio de diversas iniciativas, entre as quais várias relacionadas à transformação digital.

Essas são apenas algumas das muitas informações constantes deste Relatório de Gestão, cuja análise pode ser enriquecida com os conteúdos disponíveis nos *links* apresentados ao longo do texto e no portal da Câmara dos Deputados.

Como presidente desta Casa, declaro que o conteúdo deste Relatório de Gestão é íntegro, conforme atesta o Comitê de Gestão Estratégica na Declaração de Integridade do Relato Integrado.

Arthur Lira
Presidente



2

**A CÂMARA DOS
DEPUTADOS**



A Câmara dos Deputados (CD) é composta por representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional, em cada estado da federação e no Distrito Federal, para exercer mandato em uma legislatura, com duração de quatro anos. As competências desta Casa, estabelecidas na [Constituição Federal](#), abrangem três funções primordiais: representar o povo brasileiro (art. 45), elaborar as proposições legislativas (art. 48) e fiscalizar os atos do Poder Executivo na aplicação dos recursos públicos (arts. 49 a 51 e art. 70).

□ 2.1 PRODUÇÃO LEGISLATIVA

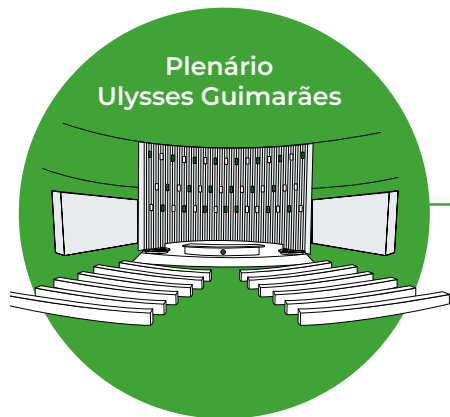
Os deputados são eleitos para mandato de quatro anos, com atribuições de representar o povo brasileiro, propor e votar as leis, discutir e votar o orçamento da União, e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos. Além de manter toda a infraestrutura necessária para os deputados realizarem as suas atribuições constitucionais, a Câmara dos Deputados oferece diversos serviços de informação e de interação com a sociedade, com os objetivos de compreender melhor as necessidades da população e de dar voz para os diversos segmentos sociais.

Os deputados desenvolvem as suas atribuições constitucionais de maneira individual e por meio de diversos órgãos parlamentares. A produção le-

gislativa se concentra nas sessões plenárias e nas reuniões de comissões permanentes e de comissões temporárias, para discussão e votação de propostas legislativas, realização de audiências públicas com a participação de representantes da sociedade e realização de atividades fiscalizatórias.

Em 2023, a maioria das sessões do Plenário ocorreu de forma semipresencial (com presença física dos deputados por biometria e possibilidade de votação remota). Também foram realizadas algumas sessões de forma virtual. As comissões realizaram reuniões presenciais, mas fizeram muitas audiências públicas remotas ou semipresenciais, com o uso de sistema de videoconferência.

Plenário Ulysses Guimarães



- 283** sessões
- 113** sessões deliberativas extraordinárias
- 2** sessões preparatórias
- 3** comissões gerais
- 165** sessões não deliberativas solenes

Em 2023, a Câmara dos Deputados realizou 283 sessões no Plenário Ulysses Guimarães, das quais 113 sessões foram deliberativas extraordinárias, 2 sessões preparatórias, 3 comissões gerais e 165 sessões não deliberativas solenes. Foram colocadas em votação 203 matérias, entre as quais: 22 medidas provisórias, 25 projetos de decreto legislativo, 3 propostas de emenda à Constituição, 137 projetos de lei, 8 projetos de lei complementar, e 8 projetos de resolução.

Produção legislativa no Plenário Ulysses Guimarães – 2023



Proposições

Medida provisória

Projeto de decreto legislativo

Proposta de emenda à Constituição

Projeto de lei

Projeto de lei complementar

Projeto de resolução



Total

22

25

3

137

8

8

No âmbito das comissões, foram apreciadas 3.745 proposições legislativas, das quais 641 foram de forma conclusiva. Ocorreram 2.392 reuniões, além de outros 567 eventos, como seminários, conferências, painéis, palestras, diligências, visitas técnicas, etc. As comissões permanentes realizaram 1.957 reuniões. Das 352 reuniões das comissões temporárias, 115 realizaram-se em comissões especiais, 64 em comissões externas, 120 em comissões parlamentares de inquérito (CPI) e 53 em grupos de trabalho.

Produção legislativa nas comissões – 2023



641

proposições apreciadas em caráter conclusivo

1.957 reuniões das comissões permanentes

115 reuniões de comissões especiais

64 reuniões de comissões externas

120 reuniões de comissões parlamentares de inquérito

53 reuniões de grupos de trabalho

Ressalta-se, no período, a criação de quatro CPI, voltadas a investigar e apurar acontecimentos relevantes da ordem social, política e econômica do país sobre a Empresa Americanas S.A., a Manipulação de Resultado em Partidas de Futebol, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e as Pirâmides Financeiras.

A relação das proposições legislativas apreciadas e aprovadas pelos Deputados pode ser acessada na página da Câmara dos Deputados em Estatísticas Legislativas.

Outras atividades parlamentares de destaque podem ser encontradas nas páginas do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, do Centro de Estudos e Debates Estratégicos, da Procuradoria Parlamentar e da Corregedoria Parlamentar.



□ 2.2 AÇÕES DE SUPORTE À ATIVIDADE LEGISLATIVA

Na Câmara dos Deputados, diversos órgãos dão suporte à atividade parlamentar por meio do assessoramento aos parlamentares, da elaboração de estudos, minutas de proposições legislativas e discursos e da produção de registros audiovisuais e taquigráficos das sessões em Plenário e das reuniões das comissões.

O serviço taquigráfico registrou e indexou 815 horas de sessões do Plenário e 2.157 horas de reuniões em comissões, audiências públicas e eventos legislativos. Foram, ainda, disponibilizados 15.979 discursos de Plenário e outros 787 discursos de reuniões de comissões e de eventos legislativos.

Números do assessoramento legislativo e orçamentário em 2023:



Assessoramento legislativo em 2023

14.082 minutas de proposições legislativas

5.022 estudos, notas técnicas e consultas

747 minutas de discursos parlamentares

4.892 atendimentos presenciais ou remotos aos colegiados parlamentares

(Plenário, comissões, lideranças e gabinetes)

367 análises de impacto orçamentário-financeiro de proposições legislativas

10.540 análises de emendas a proposições do ciclo orçamentário (PPA, LDO e LOA)

Destaca-se o assessoramento técnico às seguintes proposições legislativas deliberadas na Câmara dos Deputados: reforma eleitoral, reforma tributária, novo arcabouço fiscal, “Desenrola Brasil”, compensação de redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre combustíveis e tributação de investimentos em *offshores*.

No que se refere ao ciclo orçamentário de 2024, prestou-se assessoramento durante a tramitação da Lei Orçamentária Anual (LOA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Plano Plurianual (PPA).

Além disso, foram publicados 64 estudos e notas técnicas, e 84 notas descritivas de medidas provisórias, que são fontes de pesquisas para os gabinetes parlamentares e para a sociedade. Os estudos subsidiaram a elaboração e a publicação de páginas eletrônicas

específicas no portal da Câmara dos Deputados: o direito à igualdade racial, mulheres e o ciclo de desigualdades, a reforma tributária aprovada pelo Congresso Nacional, o Brasil se prepara para o mercado de carbono, novo arcabouço fiscal e PPA 2024-2027.

Por fim, realizaram-se eventos sobre temas relevantes para o Parlamento, como o Seminário Comemorativo da Assembleia Constituinte de 1823 – Antecedências e Consequências; o II Colóquio Franco-Brasileiro de Direito Constitucional; o *workshop* Funcionamento do Setor Elétrico Brasileiro e sua Complexa Plataforma Legal e Regulatória; e o [II Encontro sobre Observação Eleitoral na América Latina: Ciclo Eleitoral 2022-2023](#). Esses eventos contaram com a participação de parlamentares, juristas, acadêmicos e servidores.





3

**GOVERNANÇA E
GESTÃO NA CÂMARA
DOS DEPUTADOS**

3.1 RELAÇÃO ENTRE A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E A ATIVIDADE LEGISLATIVA

3.1.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DE PROCESSOS DE TRABALHO

A estrutura organizacional da Câmara dos Deputados reflete suas funções primordiais e busca garantir a realização da atividade legislativa com a qualidade, a celeridade, a confiabilidade e a transparência necessárias ao fortalecimento da democracia no país.

As funções constitucionais da Câmara dos Deputados são exercidas exclusivamente pelos deputados federais, individualmente e em órgãos colegiados, segundo organização legislativa própria que inclui o Plenário, a Mesa Diretora, as comissões permanentes e temporárias e o Colégio de Líderes, entre outros.

A Mesa Diretora da Câmara dos Deputados dirige os trabalhos legislativos e administrativos da instituição e é composta por Presidência, duas vice-presidências, quatro secretarias, quatro suplências e órgãos auxiliares. Seus titulares são eleitos, entre os deputados, para mandato de dois anos. Os serviços administrativos têm como superintendente o primeiro-secretário, que é o responsável por monitorar se as diretrizes da Mesa estão sendo observadas, direcionando a gestão. A competência dos membros da Mesa foi fixada no [Ato da Mesa n. 95/2013](#) e sua [composição](#) ao final de 2023 era a seguinte:



Presidente
Arthur Lira
(PP-AL)

1º Vice-Presidente
Marcos Pereira
(Republicanos-SP)



2º Vice-Presidente
Sóstenes Cavalcante
(PL-RJ)



1º Secretário
Luciano Bivar
(UNIÃO-PE)



2º Secretária
Maria do Rosário
(PT-RS)



3º Secretário
Júlio César
(PSD-PI)



4º Secretário
Lucio Mosquini
(MDB-RO)



1º Suplente
Gilberto Nascimento
(PSD-SP)



2º Suplente
Pompeo de Mattos
(PDT-RS)



3º Suplente
Beto Pereira
(PSDB-MS)

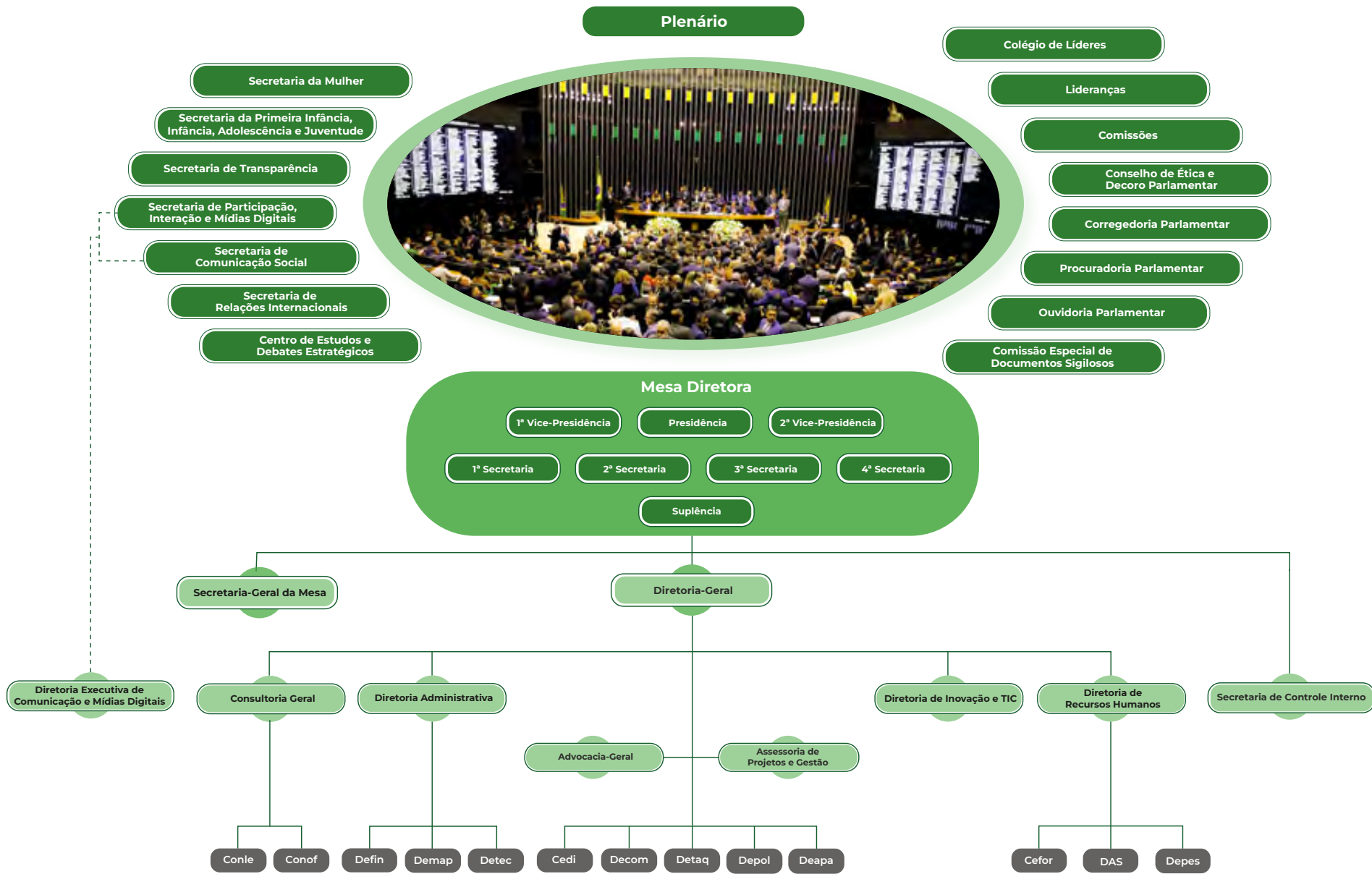


4º Suplente
André Ferreira
(PL-PE)

De forma diversa do que ocorre no Poder Executivo, em geral, as decisões legislativas são colegiadas. O presidente da Câmara dos Deputados tem o papel de representante da Casa e de supervisor dirigente dos trabalhos e da ordem. As áreas técnicas da Casa são

diretamente subordinadas à Mesa e se subdividem em Diretoria-Geral (DG) e em Secretaria-Geral da Mesa (SGM), situadas no mesmo nível hierárquico. A Diretoria-Geral é a estrutura técnico-administrativa, e a Secretaria-Geral da Mesa é a estrutura técnico-legislativa.

Estrutura organizacional simplificada da Câmara dos Deputados





3.1.2 ARQUITETURA DE PROCESSOS

A relação entre o trabalho parlamentar e as atividades de apoio técnico é também expressa por meio da Arquitetura Corporativa de Processos de Trabalho da Câmara dos Deputados.

A arquitetura de processos organiza as atividades da Casa em grupos temáti-

cos, desdobrados em macroprocessos. Os grupos temáticos finalísticos, referentes às funções constitucionais da Câmara dos Deputados, estão representados a seguir, em verde-escuro, e os grupos temáticos de suporte, em verde-claro.

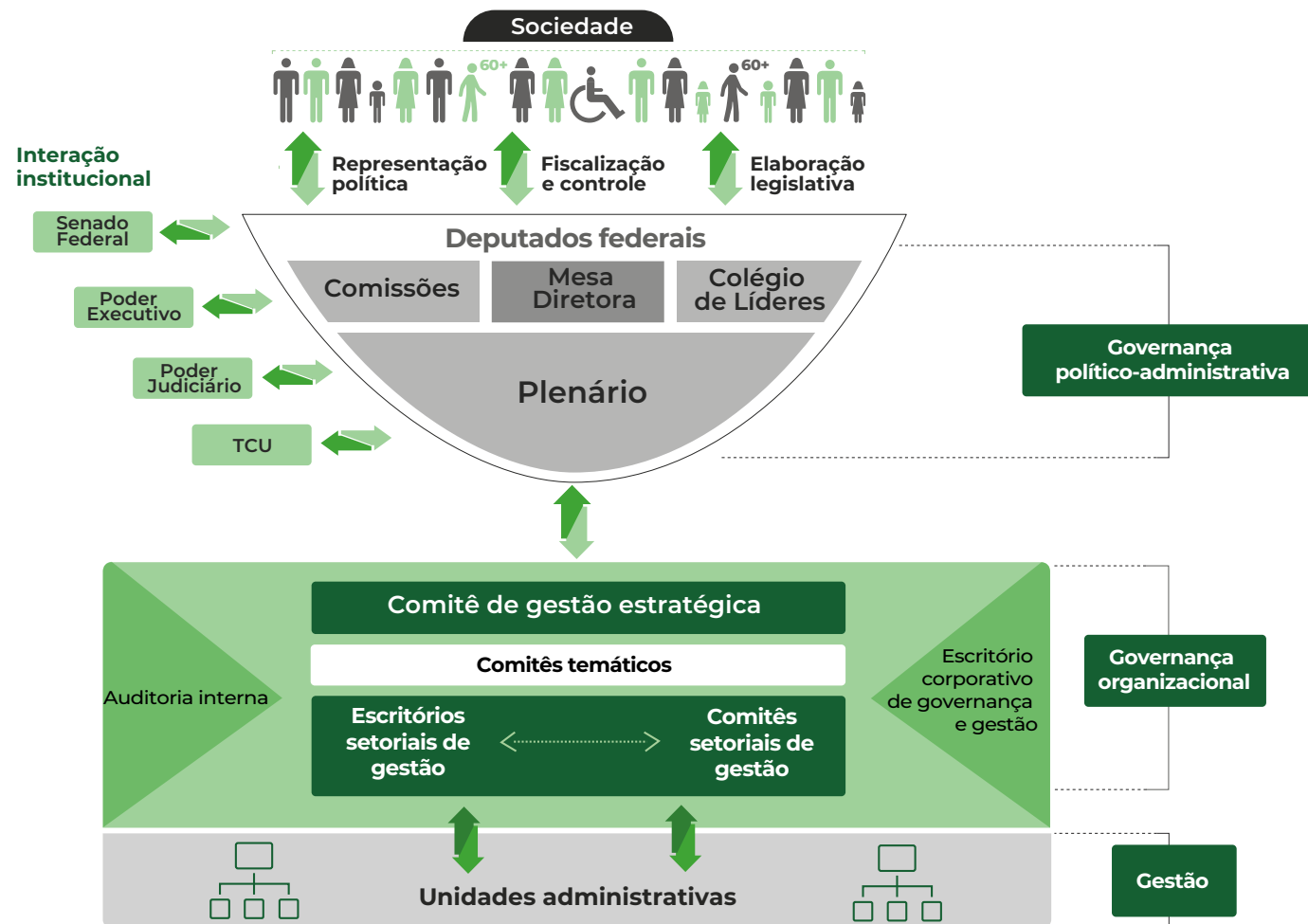
Arquitetura de processos



3.2 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Além da estrutura organizacional da Câmara dos Deputados, existe um modelo de governança sobre a relação entre a Mesa Diretora e a estrutura técnico-administrativa, que estabelece diretrizes e metas estratégicas para o funcionamento administrativo interno e o acompanhamento periódico das ações desenvolvidas.


Modelo de governança da Câmara dos Deputados




3.2.1 GOVERNANÇA ORGANIZACIONAL NA CÂMARA DOS DEPUTADOS


Conformidade legal


Ato da Mesa

 n. 245/2018

Atos do Presidente do CGE

 n. 1/2018

 n. 2/2018

 n. 3/2018

A estrutura da governança organizacional da Câmara dos Deputados foi estabelecida pelo [Ato da Mesa n. 245/2018](#), em que foram definidas as competências e as relações entre as instâncias deliberativas e as instâncias de assessoramento que compõem o modelo adotado.

A instância deliberativa superior da estrutura de governança organizacional, diretamente subordinada à Mesa Diretora, é o Comitê de Gestão Estratégica (CGE), cujo presidente é o diretor-geral da Câmara dos Deputados. Esse colegiado superior, composto pelos dirigentes das oito unidades superiores

das áreas técnicas, é responsável por avaliar o cenário interno e externo, definir a estratégia, direcionar a gestão e monitorar o seu desempenho, além de zelar pela conformidade, pela transparência e pela prestação de contas aos órgãos de controle e à sociedade.

O CGE é assessorado pelo Escritório Corporativo de Governança e Gestão (ECGG), cujo objetivo é viabilizar o efetivo exercício das competências do colegiado superior.

Os membros do CGE participam de Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE) ordinárias e extraordinárias ao longo do ano, para dirigir, monitorar e avaliar o desempenho da gestão da Câmara dos Deputados.

Em nível setorial, cada unidade administrativa superior representada no CGE dispõe de um Comitê Setorial de Gestão (CSG), integrado pelos titulares das subunidades administrativas diretamente subordinadas. Os CSG orientam e acompanham o processo de gestão da respectiva diretoria ou secretaria, para garantir o alinhamento das ações à estratégia corporativa.

Os CSG são assessorados por Escritórios Setoriais de Gestão (ESG), que atuam de

forma alinhada com as metodologias e as orientações do ECGG. As competências dessas instâncias estão detalhadas no [Ato do Presidente do CGE n. 1/2018](#).

Além do CGE e dos CSG, os comitês temáticos integram o modelo de governança da Câmara dos Deputados. Esses colegiados temporários reúnem-se pe-

riodicamente para deliberar ou para se manifestar sobre temas que impactam a estratégia da Casa e que dependem de decisões e de ações conjuntas de diferentes unidades administrativas. As regras de funcionamento desses comitês estão dispostas no [Ato do Presidente do CGE n. 1/2019](#).

Comitês temáticos

Comitê Diretivo de Gestão Orçamentária e Financeira (CDGOF)	Delibera sobre questões relacionadas à gestão orçamentária, à gestão financeira e à aquisição de bens e serviços
Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação (CDTI)	Desdobra as estratégias de tecnologia da informação definidas pelo CGE, prioriza ações e acompanha seus resultados
Comitê Gestor do Relacionamento (CGR)	Zela pelo cumprimento das normas e dos procedimentos estabelecidos para a gestão do relacionamento
Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI)	Propõe, promove e acompanha ações relativas à segurança da informação
Comitê de Responsabilidade Social	Promove ações sistematizadas, integradas e permanentes relativas à acessibilidade, à equidade, à sustentabilidade e à qualidade de vida no trabalho

O Comitê Técnico de Redes Sociais Digitais (CTR) foi extinto em 4 de dezembro de 2022 nos termos do art. 4º do Ato do Presidente do CGE n. 4/2018. Suas atribuições foram absorvidas por unidade administrativa competente.

□ 3.3 MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Para determinar os critérios de materialidade dos temas apresentados na Prestação de Contas Anual, foram consideradas as informações relevantes que podem interferir na capacidade da área administrativa de gerar valor no cumprimento da missão institucional da Casa.

A partir de orientações do ECGG, as informações encaminhadas pelas unidades administrativas e revisadas pelos ESG foram consolidadas com a aplicação dos critérios de concisão, de clareza, de coerência e de transparência, conforme as regras do relato integrado recomendadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Assim, chegou-se à estru-

tura que destaca a atuação e a produção das áreas legislativas, informando, em seguida, como a governança e a gestão da Casa, pormenorizada por áreas temáticas, suportam essas ações. Além disso, destaca-se a relação da Câmara dos Deputados com a sociedade e suas ações em temas relevantes da atualidade, como acessibilidade e sustentabilidade ambiental, bem como informações orçamentárias, financeiras e contábeis. A minuta do relatório foi, então, apreciada pelos membros do CGE e aprovada em deliberação ocorrida em Reunião de Avaliação Estratégica.





4

**PLANEJAMENTO
ESTRATÉGICO –
MISSÃO, VISÃO
E VALORES**

□ 4.1 ENCERRAMENTO DO CICLO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2012-2023: UM OLHAR RETROSPECTIVO

A Câmara dos Deputados tem trilhado um caminho contínuo de aprimoramento e de definição de sua trajetória por meio do planejamento estratégico. Esse processo teve início em 2004, quando se formou um grupo de trabalho para definir metodologias, e culminou na formulação de diretrizes estratégicas em 2005. A partir de então, a instituição passou a buscar o fortalecimento da gestão por meio de ciclos de planejamento e de projetos.

O ciclo de planejamento estratégico 2009-2011 representou um marco significativo, envolvendo dez programas e projetos estratégicos. Metas ambiciosas foram estabelecidas, com vistas a contribuir para o exercício da cidadania, fortalecer o Poder Legislativo, interagir com a sociedade, subsidiar a tomada de decisões e promover a valorização dos servidores.

Instituído pelo Ato da Mesa n. 56/2009, esse ciclo não apenas consolidou o aprimoramento da gestão baseada em estratégias, mas também estabeleceu as

bases para o modelo de governança adotado pela Câmara dos Deputados. Ao definir as instâncias responsáveis pela gestão estratégica, o ciclo delineou os mecanismos para o planejamento, a execução e o controle de políticas e ações voltadas ao alcance dos objetivos institucionais.

A experiência acumulada nos ciclos anteriores levou à decisão de se traçar um plano estratégico de prazo mais longo, que abrangesse o período de 2012 a 2023. Esse ciclo foi fruto de uma construção coletiva e contou com a participação ativa de parlamentares, servidores, gestores e *stakeholders* externos.

O Ciclo de Gestão Estratégica 2012-2023 foi estruturado a partir do conceito do “duplo planejamento”, em que um plano de longo prazo é desdobrado em vários planos de curto prazo. O plano de longo prazo estabeleceu a missão institucional, a visão de futuro, as diretrizes estratégicas e as linhas de atuação que balizariam e orientariam os planos de curto prazo, normalmente bienais.

Esses, por sua vez, foram compostos de programas, de projetos e de ações, com a finalidade de unir as condições necessárias para a instituição se aproximar da visão de futuro previamente definida. O ano de 2023 foi o horizonte estratégico

por ser o ano em que o Parlamento brasileiro comemoraria 200 anos de existência.

A estratégia de longo prazo da Câmara dos Deputados foi aprovada pelo [Ato da Mesa n. 59/2013](#).

Missão, visão e valores



Missão institucional

Representar o povo brasileiro, elaborar leis e fiscalizar os atos da Administração Pública, com o propósito de promover a democracia e o desenvolvimento nacional com justiça social.



Visão de futuro

Consolidar-se como o centro de debates dos grandes temas nacionais, moderno, transparente e com ampla participação dos cidadãos.



Valores organizacionais

Ética

Busca pela excelência

Independência do Poder Legislativo

Legalidade

Pluralismo

Responsabilidade Social

Em 2018, aproximadamente na metade do ciclo longo, realizou-se uma revisão da estratégia, para promover ajustes nas diretrizes e nas linhas de atuação, que passaram a valer com a publicação do [Ato da Mesa n. 250/2018](#).



4.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA O BIÊNIO 2023-2024

A estratégia executada em 2023 decorre do planejamento para o biênio 2023-2024, cujo foco é: “Fortalecer a atuação institucional da Câmara dos Deputados por meio do aprimoramento da gestão de pessoas, processos, informações e tecnologia”.

O foco foi definido para melhorar o desempenho da gestão e assim ofertar serviços mais adequados, modernos e eficientes de forma a potencializar o alcance dos seguintes objetivos:

- fortalecer a atuação institucional da Casa;
- assegurar o pleno funcionamento da Câmara dos Deputados de forma sustentável e segura;
- garantir a conformidade com as normas vigentes e com as recomendações de ações de controle (interno e externo);
- automatizar processos de trabalho, proporcionando melhores resultados às equipes e favorecendo o clima organizacional;
- direcionar a capacidade da área de tecnologia da informação (TI) para o provimento de soluções corporativas ou estratégicas singulares;
- acelerar a transformação digital do processo legislativo e do assessoramento parlamentar;
- aprimorar o processo de tomada de decisão, baseado em informações precisas, conformes e tempestivas.

4.3 PROJETOS APROVADOS PELA CÂMARA DOS DEPUTADOS PARA O BIÊNIO 2023-2024

Gestão de mídias audiovisuais

Objetivo: unificar e automatizar o gerenciamento e a preservação dos acervos corporativos de mídias audiovisuais, por meio de solução do tipo *Media Asset Management* (MAM).

Monitoramento da percepção da sociedade sobre os temas em discussão

Objetivo: unificar e automatizar a coleta de dados sobre como a sociedade percebe, avalia e se relaciona com as propostas e temas discutidos na Casa; disponibilizando painéis estruturados que auxiliem os processos de tomada de decisão.

Audiências interativas no portal

Objetivo: desenvolver nova plataforma de audiências interativas, integrada ao portal da Câmara dos Deputados, para aprimorar a experiência do usuário, permitir mais participações simultâneas e garantir a segurança da informação.

Trilhas de controle para certificação de contas

Objetivo: automatizar a execução de testes de auditoria em processos de trabalho relevantes para a certificação de contas da Câmara dos Deputados.

Modernização dos sistemas de votação

Objetivo: uniformizar e atualizar os sistemas de votação do Plenário e das comissões, para reduzir os riscos tecnológicos, fortalecer a segurança digital e aprimorar a experiência dos usuários.

Portal de autosserviços do servidor

Objetivo: criar e disponibilizar um portal de autosserviços na internet para os servidores ativos e inativos, a partir de formulários estruturados que gerem resultados sem necessidade de interferência humana.

Assessoramento legislativo baseado em dados

Objetivo: implantar processos de trabalho que permitam a utilização e o tratamento de dados de fontes exter-

nas para apoiar o assessoramento legislativo, com a possibilidade de construir painéis que apresentem informações relevantes para a atividade.

Prestação dinâmica de contas

Objetivo: adequar o portal da Câmara dos Deputados à Instrução Normativa TCU n. 84/2020, com o aprimoramento do processo de transparência e de prestação de contas, para assegurar a conformidade e promover a melhoria contínua da qualidade das informações.

Gestão do programa Estágio-Visita

Objetivo: desenvolver nova solução de gestão do programa, que otimize as inscrições e que seja integrado à plataforma Gabinete Digital.

Gestão de afastamentos parlamentares

Objetivo: automatizar a gestão de processos relacionados a afastamentos parlamentares.

Modernização do sistema Habit

Objetivo: desenvolver e implantar sistema de gerenciamento habitacional para a distribuição dos apartamentos funcionais e para o pagamento do auxílio-moradia de deputados.

4.3.1 PROJETOS REMANESCENTES DO BIÊNIO 2021-2022

Adequação das instalações às normas de prevenção e combate a incêndio e pânico

Objetivo: adequar as instalações dos edifícios da Câmara dos Deputados às normas de prevenção e de combate a incêndio e pânico do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Sistema de suporte e assessoramento legislativo digital

Objetivo: unificar e aprimorar a plataforma digital para o assessoramento prestado pela Consultoria Legislativa e pela Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira.

Infolog Parlamentar – módulo órgãos legislativos

Objetivo: integrar e aprimorar o processo de cadastramento dos órgãos legislativos, assim como o registro da participação dos parlamentares na Mesa Diretora, nas lideranças, nas comissões e em outros órgãos legislativos.

Infolog Processo Legislativo Digital (PLD) – módulo 2

Objetivo: dar continuidade ao desenvolvimento de sistema informatizado para

automação dos procedimentos referentes ao processo legislativo, em substituição ao sistema Sileg.

Requerimentos procedimentais e roteiro do presidente

Objetivo: possibilitar a criação de requerimentos por meio de formulários eletrônicos e a automatização do roteiro do presidente para as comissões e para o Plenário.

Governança de Dados 2.0

Objetivo: estabelecer regras e procedimentos para garantir a qualidade, a segurança, a privacidade e a integridade dos dados da Câmara dos Deputados, pela implantação de processos de privacidade e governança de dados, suportados pelos recursos tecnológicos necessários.



4.4 GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVA E CONTROLES INTERNOS

O [Modelo Corporativo de Gestão de Riscos da Câmara dos Deputados](#) (MCGR), instituído pelo Ato da Mesa n. 233/2018, acrescido da definição do apetite a riscos (nível de risco que a instituição pode assumir), previsto no [Ato do Presidente do CGE n. 1/2022](#), tem auxiliado as unidades administrativas a se familiarizarem com a cultura de levantamento de riscos associados a processos de trabalho ou ações, de modo a prever possíveis prejuízos a partir da avaliação de seu impacto e probabilidade (criticidade). A implementação da gestão de riscos constitui ferramenta valiosa para os

gestores na busca por um melhor desempenho das atividades e o alcance dos resultados pretendidos. Além disso, melhora a capacidade da administração de lidar com incertezas e de se antecipar a possíveis problemas.

Algumas iniciativas na Casa já incluem o gerenciamento de riscos, com o uso do MCGR. É o caso da Estratégia Digital, de responsabilidade da Diretoria de Inovação e Tecnologia da Informação (Ditec), e de algumas auditorias sobre processos de trabalho, realizadas pela Secretaria de Controle Interno (Secin).

4.5 PRINCIPAIS AÇÕES DE CONTROLE E DE CORREIÇÃO



Conformidade legal

Constituição Federal

artigos 37, 73 e 74

Resoluções CD

n. 20/1971

n. 17/1989

n. 69/1994

Atos da Mesa

n. 133/2016

n. 233/2018

Portarias Secin

n. 1/2016

n. 1/2018

n. 1/2019

n. 2/2019

Ordens de Serviço Secin

n. 1/2019

n. 2/2019

n. 1/2022

Decisão Normativa TCU

n. 198/2022

Instrução Normativa TCU

n. 84/2020

4.5.1 AUDITORIA INTERNA

As ações de auditoria interna desenvolvidas são priorizadas a partir da avaliação de risco em termos da materialidade, da relevância, da imagem institucional e da criticidade dos processos auditáveis, buscando o alinhamento com a estratégia da Casa. Em 2023, priorizaram-se trabalhos relacionados à auditoria integrada, financeira e de conformidade. A partir de parâmetros qualitativos e quantitativos de materialidade estabelecidos, avaliaram-se as contas discriminadas no quadro a seguir.

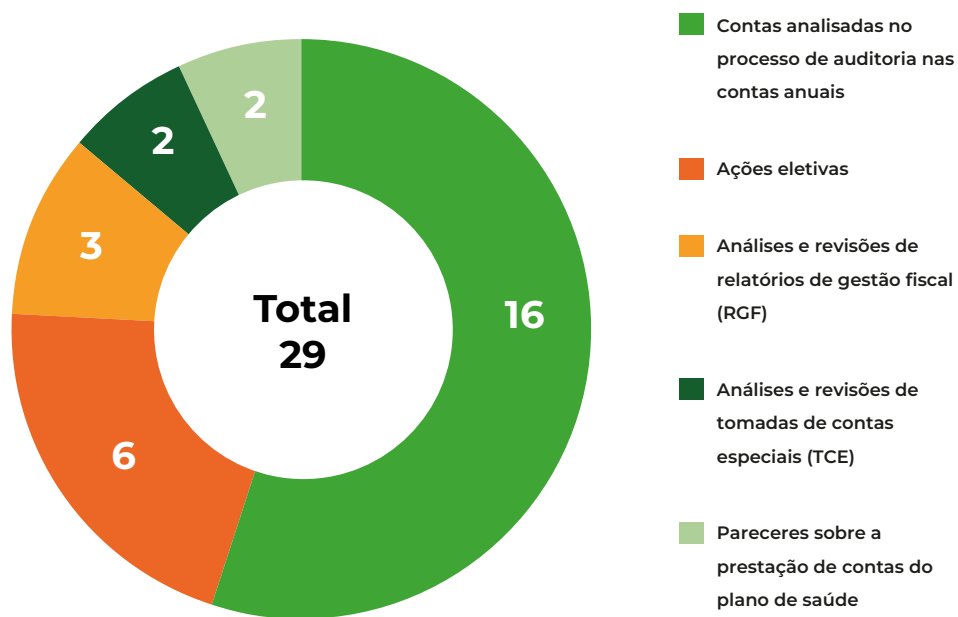
CONTAS CONTÁBEIS	VALORES (R\$)
Cota recebida	6.925.881.684,13
Superávits ou déficits de exercícios anteriores	3.023.161.531,03
Limite de saque com vinculação de pagamento (OFSS)	2.257.321.366,75
Recursos da Conta Única do Tesouro (CTU) Aplicados	1.086.541.734,51
Imóveis residenciais e comerciais	863.946.393,17
Gratificações do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)	824.866.279,20
Gratificações do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)	787.274.622,09
Edifícios	635.374.455,58
Pensões civis	393.288.563,49
Vencimentos e salários do RPPS	363.015.035,24
Serviços técnicos profissionais	322.235.747,73
Vencimentos e salários do RGPS	195.129.257,79
Superávits ou déficits de exercícios anteriores (Ajuste realizado pela STN – alteração da regra de cálculo dos recursos diferidos)	126.993.079,43
Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	124.410.554,23
Adiantamento de férias*	-
Férias a pagar*	-

*Contas selecionadas pela natureza.

Fonte: elaboração própria, com base em dados do balancete da Câmara dos Deputados de 31/12/2023, extraído do Sifai em 17/1/2024.

As ações de auditoria interna planejadas e executadas pela Secin podem ser consultadas no [Relatório de atividades da Secretaria de Controle Interno – 2023](#). Foram realizadas as seguintes ações de auditoria em 2023:

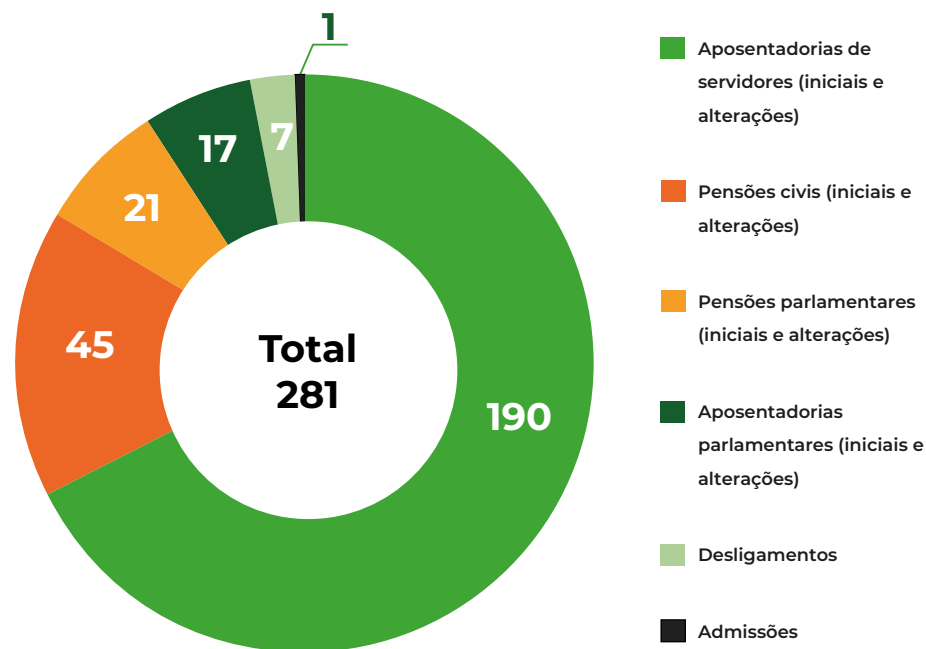
Ações de auditoria



Fonte: elaboração própria.

No que se refere à certificação de atos de pessoal, analisaram-se 281 atos, conforme quadro a seguir:

Atos de pessoal analisados



Fonte: elaboração própria, a partir do [DataCâmara](#).





4.5.2 CORREIÇÃO





Conformidade legal




Leis

-  n. 8.112/1990
-  n. 9.784/1999

Resoluções CD

-  n. 20/1971
-  n. 14/2012

Portarias

-  n. 12/2016
-  n. 124/2020
-  n. 121/2021

Investigações preliminares sumárias

As investigações preliminares sumárias (IPS), nos termos da [Portaria DC n. 12/2016](#), são procedimentos disciplinares instaurados para coletar elementos com a finalidade de se verificar o cabimento de instauração de sindicância ou de processo administrativo disciplinar (PAD), em decorrência do teor de notícias de fatos disciplinares (NFD) recebidas por meio de denúncias (anônimas ou não) e de representações.

Em 2023, houve a apuração de 139 denúncias ou representações, sendo 108 decorrentes de instaurações de IPS em 2023 e 31, de IPS em anos anteriores. Foram produzidos 78 pareceres de admissibilidade, que resultaram na instauração de 25 PADs e no arquivamento de 44 procedimentos. Além disso, em 31/12/2023, 9 pareceres estavam pendentes de decisão da autoridade competente.

Processo administrativo disciplinar

O PAD, regulado no Título V, Capítulo III, da [Lei n. 8.112/1990](#), tem por objetivo apurar a responsabilidade de servidor por infração disciplinar cometida no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições de seu cargo. O ato de julgamento é de competência do titular da Diretoria-Geral, ou da Primeira-Secretaria, ou atribuição do presidente da Câmara dos Deputados, conforme regimento estabelecido no art. 141 da Lei n. 8.112/1990, combinado com o art. 147, inciso XXX, da [Resolução n. 20/1971](#).

Em 2023, estiveram em curso 60 PAD, dos quais 17 foram concluídos e 15 aguardam julgamento. Em 31/12/2023, 28 processos estavam em andamento, entre os quais 20 foram instaurados em 2023 e 8, em 2022.

Das ações de correição em 2023, resultaram 3 absolvições e 11 aplicações de penalidades (sendo 1 suspensão, 1 destituição de cargo em comissão, 13 conversões de exoneração em destituição de cargo em comissão e nenhuma demissão). Note-se que o somatório das penalidades e das absolvições pode não corresponder ao total de PAD julgados, uma vez que um processo pode ter mais de um acusado.






5

**RESULTADOS POR
ÁREA DE GESTÃO**



Conformidade legal

Leis

-  n. 13.971/2019 – Plano Plurianual 2020/2023 (PPA)
-  n. 14.194/2021 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
-  n. 14.303/2022 – Lei Orçamentária Anual (LOA)

Lei Complementar

-  n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal

5.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Neste item, são apresentados os principais números e informações sobre a gestão orçamentária e financeira na Câmara dos Deputados.

A atividade-fim da Câmara dos Deputados está prevista, em sua maior parte, no âmbito do Plano Plurianual 2020-2023 ([Lei n. 13.971/2019](#)), no Programa 0034 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo, classificado como Programa de Gestão. A Câmara possui duas unidades orçamentárias: Câmara dos Deputados e Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados.

5.1.1 PERFIL DO GASTO

A [Emenda Constitucional \(EC\) n. 95/2016](#) instituiu o Novo Regime Fiscal (NRF) e impôs limitação na contratação de despesas pelos órgãos da administração pública federal. Posteriormente, o NRF foi alterado pelas EC n. 113/2021, 114/2021 e 126/2022. Pelo NRF, em 2017, o limite financeiro para as despesas primárias de cada órgão

equivaleu ao montante de despesas primárias pago pelo órgão no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos, acrescido de 7,2%. A partir daquele exercício, esse limite passou a ser corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) acumulado no período de 12 meses encerrado em dezembro do ano anterior.

A tabela a seguir compara a despesa paga pela Câmara dos Deputados, segundo o critério adotado pelo NRF, no período de 2016 a 2023, com o percentual estabelecido pelo NRF.

ANO	TETO DE GASTOS (NRF)	PAGAMENTO EFETIVO CD	% NRF IPCA ANO ANTERIOR	% NRF ACUMULADO	% PAGO PELA CD	DIFERENÇA (R\$)
2016	5.067.248.626	5.067.248.626	-	-	-	-
2017	5.432.090.527	5.127.668.002	7,20%	7,20%	1,19%	304.427.525
2018	5.592.337.198	5.289.359.953	2,95%	10,36%	4,38%	302.977.245
2019	5.802.049.843	5.639.802.249	3,75%	14,50%	11,30%	162.247.594
2020	6.052.118.191	5.489.418.761	4,31%	19,44%	8,33%	562.699.430
2021	6.325.673.933	5.507.205.054	4,52%	24,83%	8,68%	818.468.879
2022	6.962.036.731	5.589.414.970	10,06%	37,39%	10,30%	1.372.621.761
2023	7.365.138.657	6.086.943.557	5,79%	45,35%	20,12%	1.278.195.100

Em todos os anos abarcados pelo NRF, a Câmara dos Deputados cumpriu o teto constitucional. Em 2023, o montante de pagamentos da Casa foi apenas 20,12% superior aos valores pagos no ano-base (2016) do NRF, abaixo do percentual acumulado permitido, de 45,35%.

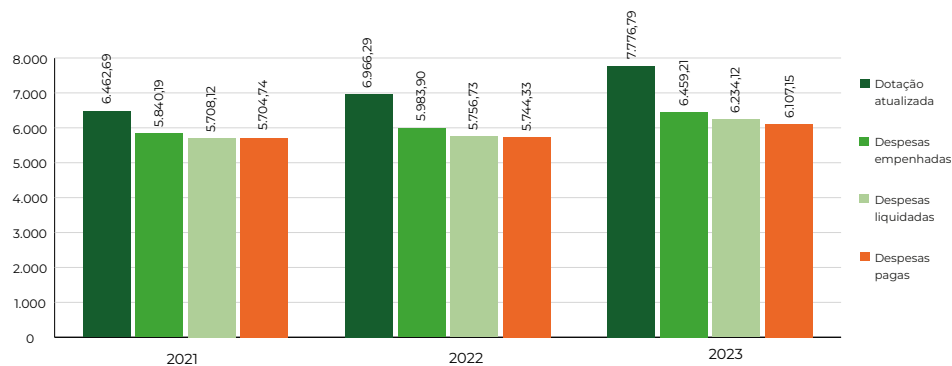
Em números absolutos, o montante economizado em 2023 ficou acima de R\$ 1,2 bilhão. Considerado o período compreendido entre 2017 e 2023, o órgão deixou de executar aproximadamente R\$ 4,80 bilhões.

A Lei Complementar n. 200/2023 instituiu o Regime Fiscal Sustentável, alterando a forma de cálculo para os limites financeiros a serem atribuídos aos órgãos. A denominada Lei do Arcabouço Fiscal passou a atrelar o crescimento das despesas públicas à arrecadação de receita pelo governo. A partir de 2024, os limites de despesas de cada exercício poderão crescer de 0,6% a 2,5% acima da inflação calculada pelo IPCA, com relação ao exercício anterior.

5.1.2 EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA NOS ÚLTIMOS ANOS

A [Lei n. 14.535/2023](#) – Lei Orçamentária Anual de 2023 (LOA 2023) – consignou inicialmente à Câmara dos Deputados dotação orçamentária de R\$ 7.776,79 milhões.

Execução orçamentária - 2021 a 2023 (em R\$ milhões)



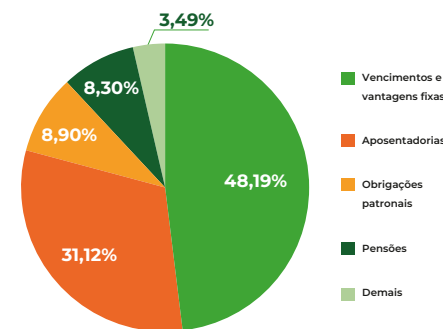
Em 2023, foram pagos R\$ 6.107,15 milhões referentes ao orçamento autorizado para aquele exercício, o que equivale a 78,5% das dotações consignadas na LOA/2023. Em 2021 e 2022, as despesas pagas equivaleram a 88,3% e 82,5%, respectivamente.

5.1.3 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

No tocante à execução orçamentária por Grupo de Natureza de Despesa (GND) e por Elemento de Despesa, em 2023, aproximadamente 78,5% das despesas executadas pela Câmara dos Deputados referem-se a Pessoal e Encargos Sociais e equivalem a R\$ 5.070,59 milhões.

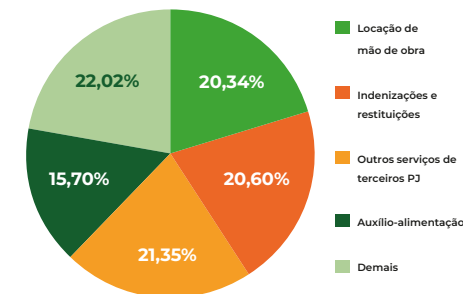
Nesse grupo de despesa, GND 1, “Pessoal e Encargos Sociais”, aproximadamente 48,2% da execução referem-se aos vencimentos e vantagens fixas dos servidores ativos e 39,4%, aos servidores inativos e pensionistas, conforme quadro a seguir.

Detalhamento da despesa executada com pessoal em 2023



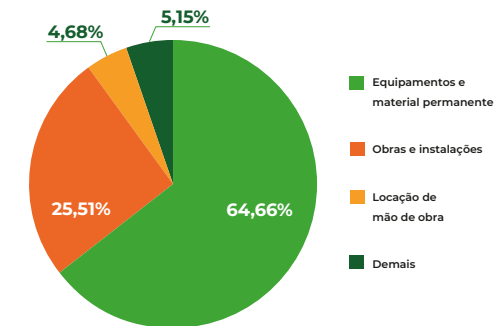
Relativamente ao GND3, “Outras Despesas Correntes”, que totalizou R\$ 1.330,18 milhão executado, conforme quadro a seguir, aproximadamente 41,6% da despesa estão relacionados a contratos voltados à manutenção das atividades da Casa, dos quais 21,3% referem-se a serviços contratados de pessoas jurídicas e 20,3%, à locação de mão de obra.

Detalhamento da despesa executada com custeio em 2023



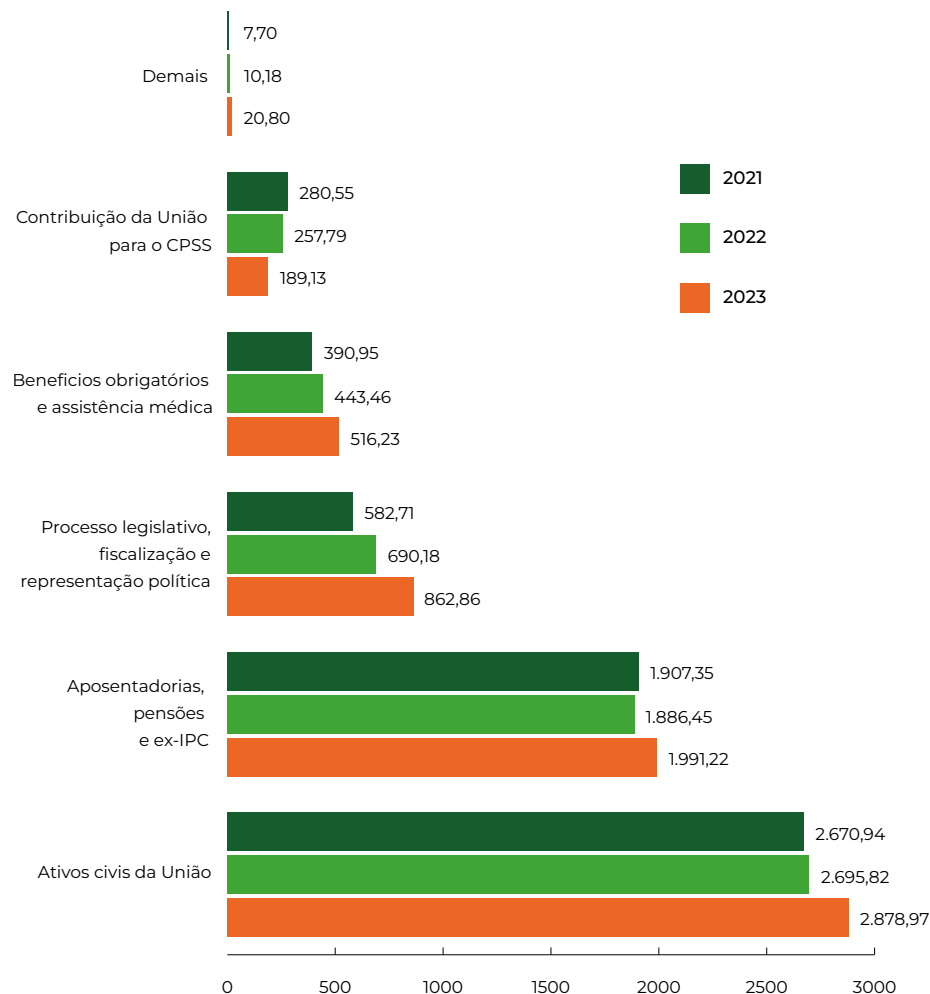
Com relação aos investimentos (GND 4), a despesa executada em 2023 foi de 0,9% da despesa total do órgão, totalizando R\$ 58,43 milhões. Tal despesa se concentrou basicamente em equipamentos e material permanente, obras e instalações, bem como locação de mão de obra.

Detalhamento da despesa executada com investimento em 2023



5.1.4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS/PROJETOS/AÇÕES

Execução orçamentária por ação – 2021 a 2023



Analisando-se a execução das despesas da Câmara dos Deputados, por ação orçamentária, observa-se que, em 2023, a maioria concentrou-se nas ações que abrangem gastos com pessoal: R\$ 2.878,97 milhões com “Ativos Civis” e R\$ 1.991,22 milhão com “Aposentadorias e Pensões da União” e “Aposentadorias e Pensões do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC)”.

As despesas com a ação “Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política”, que asseguram a manutenção do órgão e o desempenho das atividades finalísticas da Casa, totalizaram R\$ 862,86 milhões. As ações com “Benefícios Obrigatórios” e “Assistência Médica e Odontológica” responderam por R\$ 516,23 milhões das despesas executadas. Já a ação “Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (CPSS)” foi responsável pela execução de R\$ 189,13 milhões. As demais ações somaram R\$ 20,80 milhões.

Em relação a 2022, percebe-se que a ação “Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política” sofreu um aumento de 25% (R\$ 172,68 milhões) na execução. Especificamente em “Outras

Despesas Correntes”, houve uma expansão de 28,3% quando comparada ao ano anterior, uma vez que essa rubrica engloba grande parte das despesas de custeio do órgão, que sofrem reajuste contratual. Tal acréscimo deveu-se a um aumento nos gastos com passagens e despesas com locomoção, serviços de tecnologia da informação e comunicação, além de outros serviços de terceiros – pessoa jurídica, locação de mão de obra e indenizações e restituições. Com relação a “Investimentos”, houve uma ampliação de 126,5% nas despesas com obras e instalações nesta mesma ação.

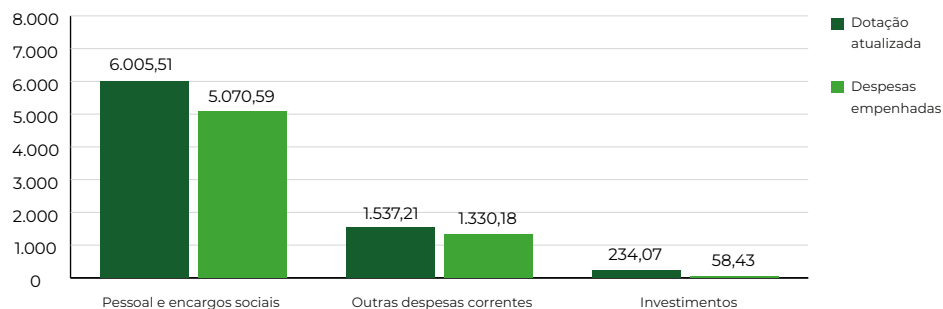
Note-se, ainda, uma redução de 26,6% na execução orçamentária da ação “CPSS”, de 2022 para 2023, em função da migração de parte dos servidores públicos da Câmara dos Deputados do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o Regime de Previdência Complementar (RPC). Em contrapartida, houve aumento de 64,7% no elemento de despesa “Contribuição Patronal – Funpresp” da ação “Ativos Civis da União”, uma vez que parte dos servidores que migraram de regime previdenciário também aderiram à Funpresp.

5.1.5 DISCUSSÃO DO DESEMPENHO ATUAL X DESEMPENHO ORÇADO

Em 2023, o orçamento da Câmara dos Deputados foi de R\$ 7.776,79 milhões. Destes, R\$ 6.005,51 milhões foram destinados a “Pessoal e Encargos Sociais”, R\$ 1.537,21 milhão a “Outras Despesas Correntes” (custeio) e R\$ 234,07 milhões a “Investimentos” (despesas de capital).

Observando a execução de cada Grupo de Natureza de Despesa (GND) frente à respectiva dotação autorizada, verificou-se que foram empenhados 84,4% da dotação relativa a “Pessoal e Encargos Sociais” (GND 1), 86,5% de “Outras Despesas Correntes” (GND 3) e 25% de “Investimentos” (GND 4).

Dotação x Despesas empenhadas – 2023 (em R\$ milhões)



5.1.6 PRINCIPAIS DESAFIOS E PERSPECTIVAS

As mudanças em curso na administração pública federal, decorrentes da [EC n. 95/2016](#) e de suas alterações, têm feito com que órgãos e entidades se empenhem em aprimorar sua gestão, na busca por eficiência e por transparência, a fim de adequar suas despesas ao limite de gastos, considerando o horizonte de sua duração.

Em 2023, o GND1 equivaleu a aproximadamente 78,5% da execução orçamentária do órgão. A representatividade da despesa de pessoal e encargos sociais indica que um dos principais desafios para a Câmara dos Deputados conti-




nuará sendo administrar essa despesa, frente aos demais gastos contemplados nos GND 3 e 4. Aposentadorias e pensões a serem concedidas nos próximos exercícios continuarão gerando despesa para o órgão, o que requer critérios cuidadosos para aumentos de despesas com pessoal e encargos sociais.

Além disso, o órgão continuará enviando esforços para melhorar o nível de execução das despesas com investimentos, com prioridade para sua infraestrutura e tecnologia, de modo a agregar maior economicidade e mais eficiência a seus processos e atividades.





5.2 GESTÃO DE PESSOAS

Conformidade legal





Leis

-  n. 8.112/1990
-  n. 9.506/1997
-  n. 12.777/2012




Resoluções CD

-  n. 39/1982
-  n. 17/1989
-  n. 28/1998
-  n. 1/2007

Atos da Mesa

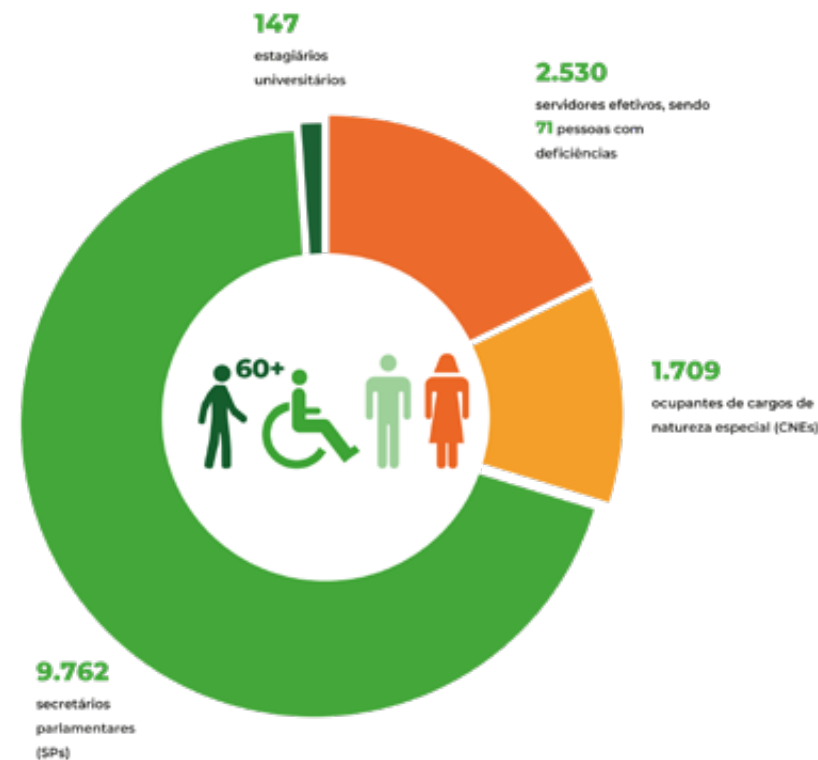
-  n. 72/1997
-  n. 76/2013
-  n. 24/2015
-  n. 131/2016

Portarias

-  n. 70/1997
-  n. 166/2007
-  n. 53/2022

5.2.1 AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Devido ao seu papel institucional de representatividade, a Câmara dos Deputados possui uma força de trabalho bastante variada. Em 31/12/2023, havia 14.001 servidores ativos. As informações atualizadas estão disponíveis na página [Recursos Humanos e Concursos](#) do portal da Casa.



Os principais dados sobre postos de serviço terceirizados estão contidos em cada um dos contratos disponibilizados na página [Contratos de Terceirização](#). Na mencionada página também é possível obter informações sobre a distribuição da força de trabalho por áreas ou unidades administrativas, assim como informações sobre lotação dos servidores e remuneração.

Em 2023, a Câmara dos Deputados contratou 147 estagiários, oriundos das instituições de ensino superior conveniadas. O estágio universitário proporciona aos estudantes de graduação experiência laboral supervisionada e oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Mais informações estão disponíveis em [Estágio Universitário](#), no portal da Casa.

Panorama de pessoal na Câmara dos Deputados em 31/12/2023



MEMBROS DO PODER E AGENTES POLÍTICOS

513 deputados federais em exercício

474 deputados titulares

39 deputados suplentes



FORÇA DE TRABALHO

14.001 servidores ativos
2.530 servidores ocupantes de cargo efetivo¹

71 servidores efetivos com deficiência

1.709 cargos de natureza especial (CNEs)²

9.762 secretários parlamentares (SPs)³



INATIVOS

3.295 servidores inativos

416 deputados aposentados

88 aposentados em 2023 (servidores inativos)

620 servidores efetivos aptos a se aposentar nos próximos 3 anos⁴



CARGOS VAGOS

910 cargos efetivos vagos ou 26,45% do total (3.440)⁵



ESTUDANTES

0 jovens e pré-adolescentes

147 estagiários universitários distribuídos em áreas meio e fim⁶

Notas

(1) Os cargos efetivos da carreira legislativa da Câmara dos Deputados são essenciais à atuação institucional do Poder Legislativo e devem prover as condições técnicas, operacionais e materiais para a atividade parlamentar e o processo legislativo ([Resolução n. 8/2023](#)).

(2) Destinam-se à prestação de serviços de assessoramento aos órgãos ligados à Mesa, às lideranças e aos órgãos administrativos da Casa ([Resolução CD n. 1/2007](#)).

(3) Destinam-se à prestação de serviços de secretaria, assistência e assessoramento direto e

exclusivo nos gabinetes dos deputados ([Ato da Mesa n. 72/1997](#)).

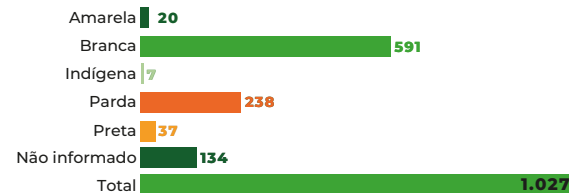
(4) Na página de transparência da Câmara dos Deputados ([Recursos Humanos](#)) podem ser obtidas mais informações sobre aposentadorias.

(5) Informações acerca dos [cargos vagos](#) estão no portal da Câmara dos Deputados.

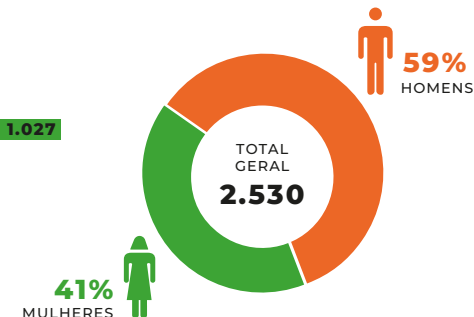
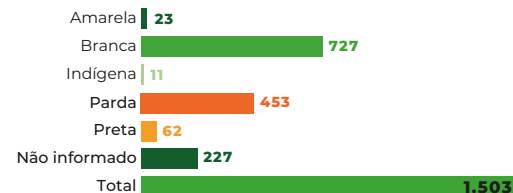
(6) Informações adicionais sobre estágio universitário ([Ato da Mesa n. 217/2021](#)) podem ser obtidas no portal da Câmara dos Deputados.

Servidores por sexo e raça/cor

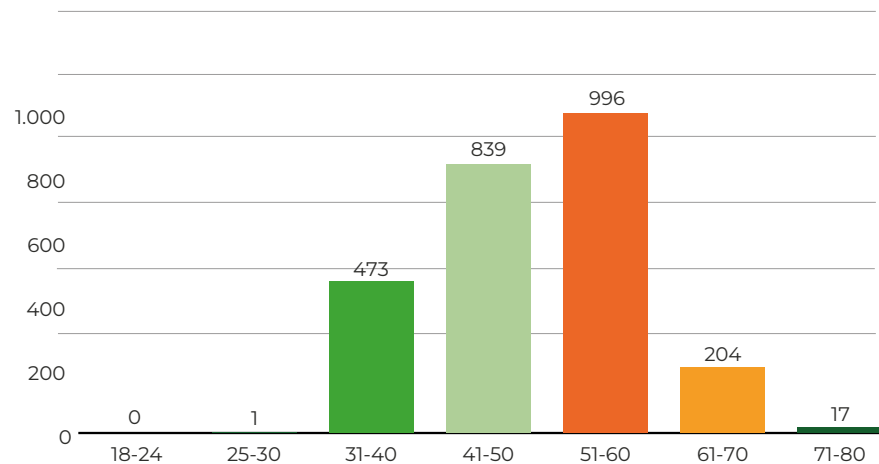
Servidores efetivos do sexo feminino



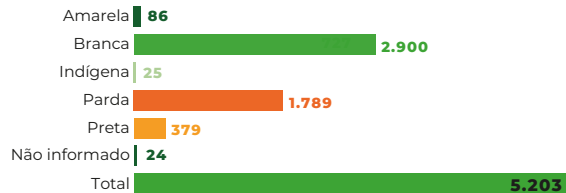
Servidores efetivos do sexo masculino



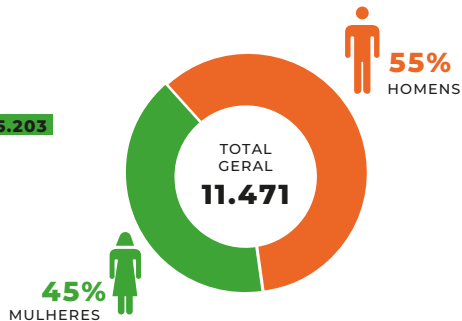
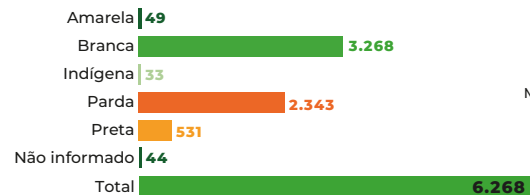
Servidores efetivos por faixa etária



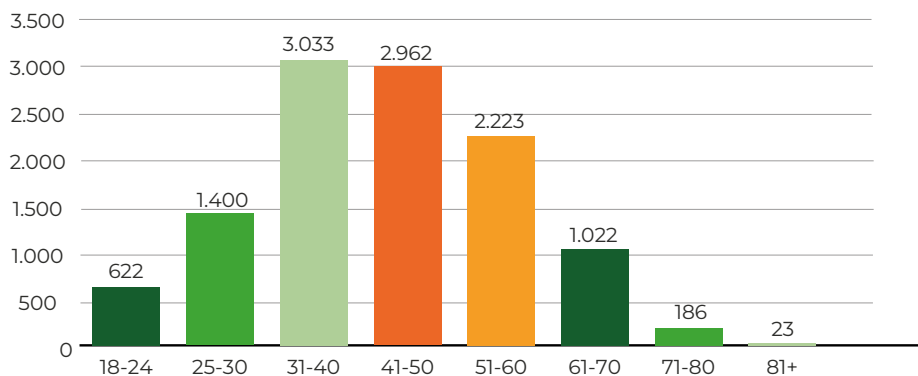
Servidores comissionados (CNE e SP) do sexo feminino



Servidores comissionados (CNE e SP) do sexo masculino

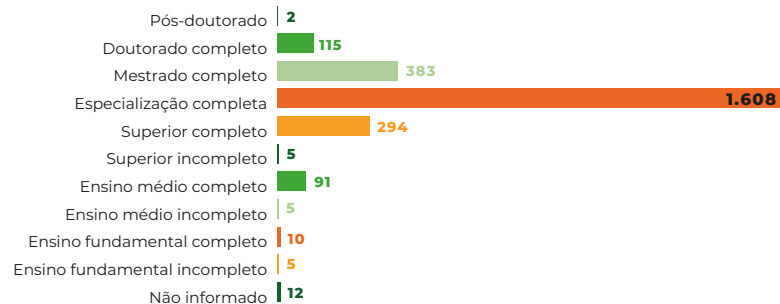


Servidores comissionados (SP e CNE) por faixa etária

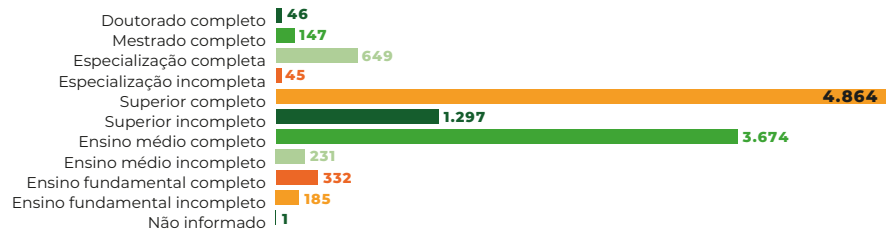


Servidores por escolaridade

Servidores efetivos



Servidores comissionados (CNE e SP)



5.2.2 ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

A Câmara dos Deputados possui 620 servidores efetivos aptos a se aposentar nos próximos três anos e 910 cargos efetivos vagos. Para mitigar esse cenário, a instituição aprovou em 2023 a realização de [concurso](#) público para provimento imediato de 140 vagas e formação de cadastro de reserva para: Contador, Informática, Técnica Legislativa, Técnico em Material e Patrimônio, Assistente Social, Enfermeiro, Farmacêutico, Médico, Consultor Legislativo e Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira. O certame registrou mais de 90 mil inscritos.

5.2.3 AÇÕES VOLTADAS À GESTÃO DE PESSOAS

Na área de gestão de pessoas, foram realizadas ações em diversas frentes: educação financeira, prevenção e controle do tabagismo, orientação em dependência química, adaptação funcional, preparação para aposentadoria, promoção da atividade física, apoio à lotação de pessoal e pesquisa de clima organizacional.

A [Portaria do Diretor-Geral n. 18/2023](#) criou o Comitê de Responsabilidade Social, um colegiado destinado a promover ações de acessibilidade, de equidade,

de sustentabilidade e de qualidade de vida no trabalho. As reuniões do grupo resultaram em um plano de ação com 20 compromissos, que estão sendo implementados.

A partir da Pesquisa de Clima Organizacional e Satisfação no Trabalho da Câmara dos Deputados, realizada em 2022, foram elaborados e entregues, em 2023, o relatório geral, 22 relatórios setoriais e 10 relatórios temáticos, o que evidencia o compromisso da Câmara dos Deputados em promover um ambiente organizacional saudável e produtivo. Além disso, teve andamento a contratação de especialista externo para impulsionar ações de melhorias do clima organizacional.

O ano de 2023 foi marcado, ainda, pelo início da execução da Política de Desenvolvimento de Pessoas, instituída pela [Portaria n. 130/2022](#). Vinte e três unidades administrativas prepararam seus planos setoriais, que subsidiaram a elaboração do Plano Anual de Desenvolvimento de Pessoas e a publicação do Calendário Anual de Ações Educacionais, de modo que as equipes e os servidores pudessem planejar sua participação nas ações de capacitação ao longo do ano.

Foram realizadas 133 ações educacionais para o público interno, nos temas: atuação legislativa e parlamento, orça-

mento e finanças, comunicação institucional, sistemas corporativos utilizados na Câmara dos Deputados, entre outros. Houve um total de 3.941 participações nessas ações.

Destaca-se o canal [Escola da Câmara no YouTube](#), que em 2023 teve 27.800 inscritos e 440.000 visualizações.

O [Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados](#) é o primeiro programa de pós-graduação no Brasil com foco exclusivo no Poder Legislativo, cujo mestrado possui conceito máximo na avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O programa mantém forte atuação em pesquisa, com 12 grupos de pesquisa e extensão, em linhas relacionadas ao Poder Legislativo. A produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados pode ser acessada na [Biblioteca Digital da Câmara](#) e na revista eletrônica [E-Legis](#).

Destaca-se também a [Jornada de Pesquisa e Extensão](#), que é realizada anualmente e tem-se consolidado como espaço de discussão de ideias a respeito do parlamento brasileiro. Em 2023, o tema da XIII Jornada foi “Parlamento e Inovação”.

Na ocasião do Dia do Servidor Público, a Câmara homenageou 420 servidores que completaram 30 anos na Casa e 60 que completaram 40 anos. A iniciativa busca desenvolver um ambiente de reconhecimento do trabalho e do importante papel do servidor do Poder Legislativo no fortalecimento da democracia.

Programa de Resultados

O Programa de Resultados, instituído pelo art. 8º-A do [Ato da Mesa n. 207/2021](#) e regulamentado pela [Portaria do Diretor-Geral n. 53/2022](#), demonstra o compromisso da instituição em cultivar uma cultura orientada para resultados e consiste em um instrumento de gestão do desempenho das unidades administrativas e da produtividade dos servidores.

Em 2023, alcançou a participação de 14% dos servidores efetivos – cerca de 350 integrantes de cinco unidades administrativas. A administração da Casa analisou os diversos relatórios periódicos entregues e alinhou com as áreas indicadores e metas. Além do aumento da produtividade e da eficiência, o grande benefício da Casa é a transparência nas atividades realizadas, o aumento da motivação dos participantes, o comprometimento com as entregas e o amadurecimento sobre a avaliação de desempenho dos processos de trabalho.

5.2.4 SAÚDE

A promoção da saúde de parlamentares, de servidores e de colaboradores foi uma prioridade na gestão de pessoas na Câmara dos Deputados em 2023. No contexto da reorganização administrativa no setor de saúde, que fundiu o Departamento Médico e a Secretaria Executiva do Pró-Saúde, na criação do Departamento de Atenção à Saúde, a Câmara integrou as ações de assistência, de saúde laboral, de perícias e de saúde suplementar.

A Câmara dos Deputados está investindo na reposição de quadro pessoal por meio da previsão de vagas para médicos, enfermeiros, farmacêuticos e assistentes sociais no concurso público iniciado em 2023. Deu início ainda à autogestão na assistência de saúde suplementar dos parlamentares e servidores.

5.2.5 PRINCIPAIS DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Os principais desafios e perspectivas na gestão de pessoas da Câmara dos Deputados para 2024 incluem a posse e a integração dos novos concursados e a implementação efetiva das ações delineadas pelo recém-criado Comitê de Responsabilidade Social.




Há previsão para a realização de nova pesquisa de clima organizacional. Espera-se que os desafios revelados na pesquisa anterior, conduzida em 2022, e abordados de forma proativa no primeiro semestre de 2023, com o suporte de consultoria especializada, propicie uma maior adesão dos servidores ao instrumento, bem como melhores avaliações nas diversas dimensões avaliadas. Essas ações demonstram o comprometimento da Câmara dos Deputados em fortalecer continuamente a gestão de pessoas e aprimorar as condições de trabalho para seus servidores.

5.3 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS





Conformidade legal

Leis

-  n. 8.666/1993
-  n. 10.520/2002
-  n. 14.133/2021

Atos da Mesa

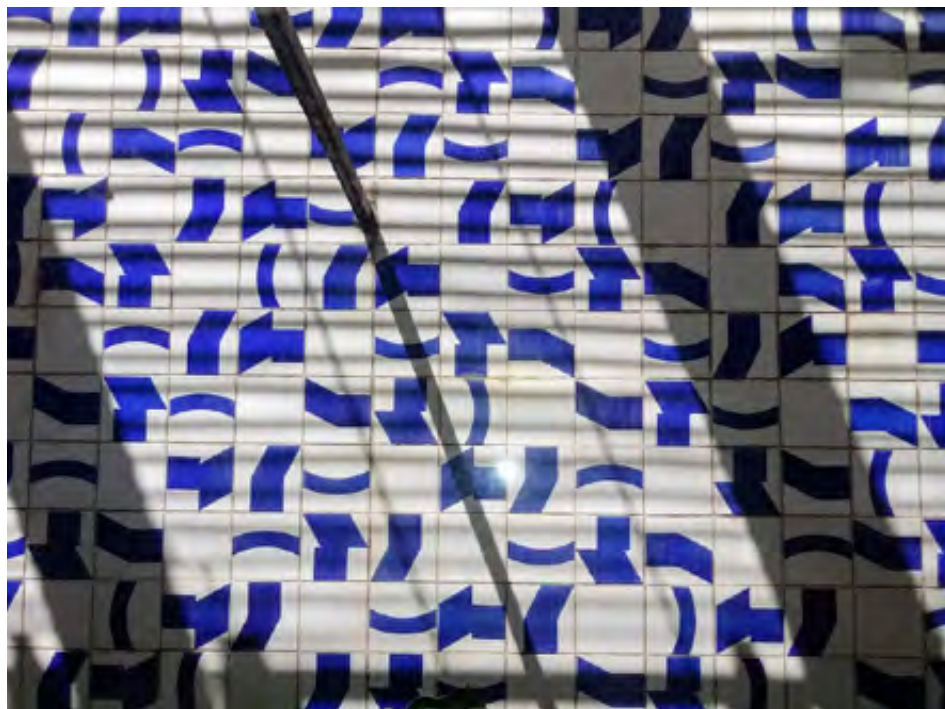
-  n. 80/2001
-  n. 206/2021

5.3.1 PANORAMA DAS AQUISIÇÕES REALIZADAS EM 2023

A tabela a seguir apresenta as aquisições de bens e os serviços realizados em 2023. Relacionam-se a quantidade de procedimentos e os valores, de acordo com cada tipo de modalidade de licitação ou aquisição direta realizadas:

Resumo das aquisições de bens e de serviços por modalidade

Modalidade	Quantidade	Valor (R\$)
Pregão	128	121.819.787,88
Dispensa por valor	161	1.128.794,65
Dispensa com fundamento diverso dos incisos I e II do art. 24 da Lei n. 8.666/93, e dos incisos I e II do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021	6	10.251.105,78
Inexigibilidade	24	7.185.185,60
Outros	36	505.983,12



As licitações e as aquisições diretas, além dos respectivos contratos e atas de registro de preços decorrentes, estão à disposição da sociedade para consulta no [portal da Câmara dos Deputados](#).



5.3.2 CONTRATOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

O portal da Câmara dos Deputados disponibiliza à sociedade uma área especial sobre os [contratos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra](#). Na página, são listados os funcionários vinculados aos contratos vigentes. Também é possível acessar informações e documentos referentes aos contratos vigentes e finalizados.

5.4 GESTÃO DO PATRIMÔNIO



Conformidade legal

Ato da Mesa

n. 63/1997

5.4.1 IMÓVEIS DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Há 463 imóveis da União sob responsabilidade da Casa. A tabela a seguir apresenta o detalhamento desses imóveis:

Imóveis da União sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados

Classe	Tipo	Quantidade	Local	Valor (R\$ mil)
Imóveis da União para uso administrativo	Edifícios administrativos	6	Brasília	635.374
	Salas comerciais	7		1.110
	Terrenos	2		91.821
	Casa (Residência Oficial)	1		8.878
Imóveis funcionais da União para uso por parlamentares	Apartamentos	446		855.069
Imóveis funcionais da União para uso por parlamentares	Apartamentos funcionais da reserva técnica	1		
Notas:				
(1) A Unidade Gestora é a SPU-DF. Valores não disponíveis.				
Total de imóveis		463	Total	1.592.252

5.4.2 DESFAZIMENTO DE BENS

O desfazimento de bens da Câmara dos Deputados ocorre por meio de doação, de leilão e do sistema [doações.gov.br](https://doacoes.gov.br).

Foram leiloados 5.205 bens móveis considerados inservíveis, o que resultou em uma arrecadação líquida de R\$ 348 mil para a Casa.

Por meio do sistema [doações.gov.br](https://doacoes.gov.br), foram transferidos 1.473 bens para outros órgãos da administração pública.




Além disso, foram doados 970 bens, em sua maioria computadores, distribuídos entre 12 entidades.

5.5 GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E EDIFICAÇÕES





Conformidade legal


Atos da Mesa

-  n. 61/2005
-  n. 140/2014
-  n. 154/2021

Portarias

-  n. 69/2007
-  n. 53/2018

Resolução CD

-  n. 18/1971



5.5.1 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

O Palácio do Congresso Nacional, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer e tombado como Patrimônio Cultural do Brasil desde 2007, adaptou-se às demandas supervenientes. Com base nas diretrizes do Ato da Mesa n. 154/2021, de preservação do complexo arquitetônico e urbanístico, que objetivam recuperar a clareza da circulação e a setorização de áreas vocacionais legislativas, as inter-

venções no Edifício Anexo III, iniciadas em 2020, continuaram em 2023. As intervenções buscam recuperar as instalações e os espaços, quanto aos aspectos de acessibilidade, de segurança contra incêndio e de qualidade do ar, da acústica e do mobiliário. Nesse sentido, no planejamento estratégico da Câmara dos Deputados está prevista a adaptação e a reforma de 85 espaços de escritórios, dos quais 10 foram concluídos e entregues em 2023.

5.5.2 SEGURANÇA DAS PESSOAS E DO PATRIMÔNIO EDIFICADO

Algumas edificações do complexo arquitetônico e urbanístico da Câmara dos Deputados são contemporâneas à inauguração de Brasília e tombadas com os reconhecidos valores histórico e artístico. Portanto, as medidas necessárias para a adequação de suas instalações devem ser projetadas de modo a garantir a segurança do público em geral e alinhadas, tanto quanto possível, à preservação do patrimônio. Em 2023, em continuidade ao plano de adequação das instalações prediais às normas contra incêndio, construíram-se novas saídas de emergência no Edifício Anexo II, além da caixa de escada de emergência no Bloco de Lideranças Partidárias (BLP), de forma que as pessoas possam sair em segurança em caso de eventual incêndio ou pânico. Ademais, um novo sistema de detecção, de alarme e de combate a incêndio já foi instalado no Edifício Principal do complexo arquitetônico da Casa, ao passo que, nos edifícios Anexos II e III, um sistema similar está sendo instalado, com previsão de

término em 2024. Em 2023, foi realizada a licitação para a contratação da reforma e da adequação das instalações do sistema de prevenção e de combate a incêndio do Edifício Anexo I (pressurização da escada e adequação do espelho d'água para comportar a reserva técnica de incêndio), com previsão de execução em 2024.

5.5.3 CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO

A cessão de espaço físico a terceiros em imóvel da União sob responsabilidade da Câmara dos Deputados é regulada pelo [Ato da Mesa n. 61/2005](#) e, quando é onerosa, segue metodologia de cobrança regulamentada pela [Portaria da Primeira-Secretaria n. 69/2007](#). [A relação dos espaços cedidos e de seus usuários](#) está disponível no portal da transparência da Casa. Os valores arrecadados decorrentes dessa cessão constituem receitas do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados, conforme dispõe o inciso XV do art. 2º da [Resolução da Câmara dos Deputados n. 18/1971](#).

5.5.4 INSTALAÇÃO DE USINA FOTOVOLTAICA

Em continuidade ao projeto iniciado em 2021, quando foi instalada a primeira usina fotovoltaica da Câmara dos Deputados, a usina de 255kWp, situada no Complexo Avançado, entrou em funcionamento. Além disso, foi concluída a instalação da usina de 500kWp, que fica sobre a garagem coberta do Edifício Anexo IV. Seu comissionamento ainda está pendente, e a previsão é de que essa usina entre em operação no início de 2024. O objetivo desse in-

vestimento é a diminuição do montante de energia elétrica demandada do sistema elétrico e, portanto, a redução das despesas com esse consumo. Além do benefício energético-econômico, há o aspecto de sustentabilidade dessa fonte alternativa, uma vez que a energia solar é renovável, tem disponibilidade infinita e não emite poluição ou gases de efeito estufa. Essa iniciativa vai ao encontro do disposto na [Portaria da Diretoria-Geral n. 53/2018](#), que instituiu o Plano de Logística Sustentável (PLS) da Câmara.



5.5.5 TRANSPORTE

Conforme o Ato da Mesa n. 63/2005, os veículos são classificados em:

- Representação: presidente da Câmara dos Deputados e escolta;
- Natureza Especial: membros da Mesa Diretora, Procuradoria Parlamentar, Ouvidoria-Geral, Procuradoria Especial

da Mulher, Conselho de Ética, Corregedoria Parlamentar, Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Diretoria-Geral, Secretaria-Geral da Mesa;

- Serviços de Natureza Administrativa: apoio às unidades administrativas da Casa.

Frota de veículos da Câmara dos Deputados

Natureza administrativa

Nº de veículos: 61
 Km rodados/ano: 825.122,40
 Combustível (litros): 144.417,48
 Manutenção: R\$ 21.267,34
 Idade média da frota: 3,5 anos

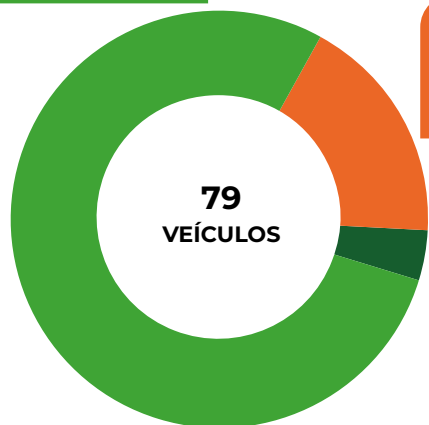
Próprio: 6
 Locados: 55

Natureza especial

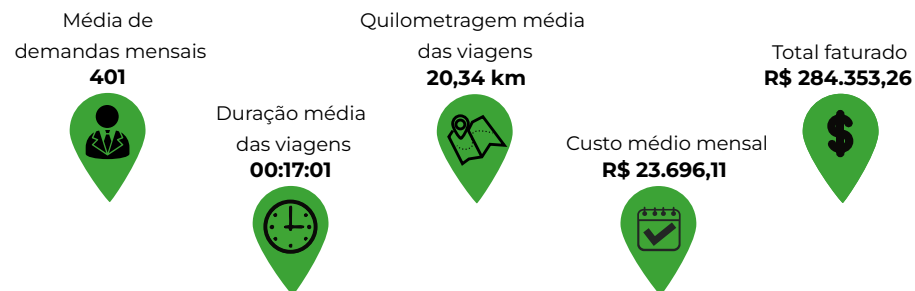
Nº de veículos: 14
 Km rodados/ano: 269.329
 Combustível (litros): 29.257,82
 Idade média da frota: 0,7 meses

Representação

Nº de veículos: 3
 Km rodados/ano: 53.205
 Combustível (litros): 12.013,44
 Idade média da frota: 2 anos



O Táxi Leg é um serviço de agenciamento de transportes por meio de aplicativo, ou via *web*, usado pela Câmara dos Deputados.



A Câmara dos Deputados mantém o programa de mobilidade sustentável (MOB), com o propósito de diminuir o impacto do trânsito nas imediações da Esplanada dos Ministérios. A partir de estacionamentos remotos, veículos autorizados transportam servidores e colaboradores até o Palácio do Congresso Nacional e anexos.

MOB CEFOR

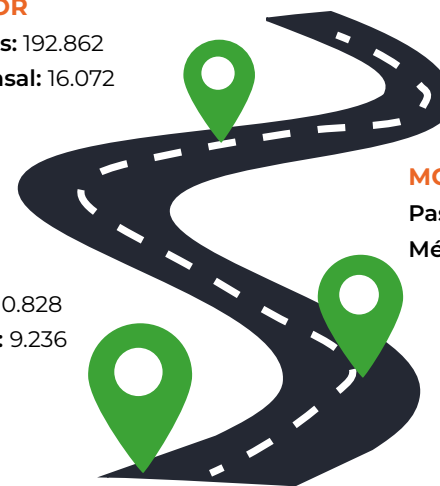
Passageiros: 192.862
 Média mensal: 16.072

MOB PGR

Passageiros: 110.828
 Média mensal: 9.236

MOB RODOVIÁRIA

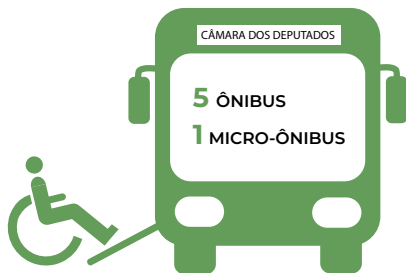
Passageiros: 409.275
 Média mensal: 34.106



712.965
 Passageiros transportados

Cumprimento das normas de acessibilidade nos veículos de transporte coletivo

Em observância às normas relativas à acessibilidade nos veículos de transporte coletivo, determinada pela [Lei n.10.098/2000](#), pelo [Decreto n.5.296/2004](#) e por normas correlatas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a Câmara dos Deputados dispõe de cinco ônibus e um micro-ônibus, todos com sistema de acesso para pessoas com deficiência, que atendem à Casa conforme suas demandas.



Ainda, está em curso o projeto para instalação de equipamentos para o reuso da água de lavagem dos veículos, que possibilitará o aproveitamento de até 95% da água utilizada no processo de higienização e proporcionará economia de recursos financeiros e redução do impacto ambiental causado pela atividade.





5.6 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO




Conformidade legal





Atos da Mesa

-  n. 47/2012
-  n. 215/2017

Ato do Presidente do CGE

-  n. 7/2021

Portarias

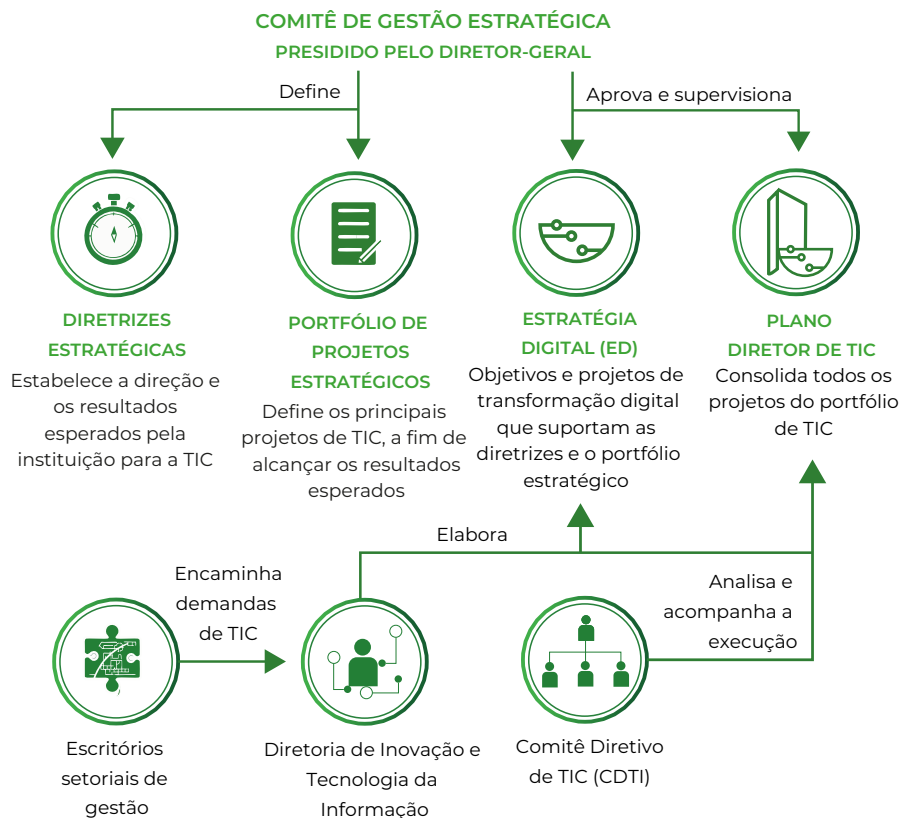
-  n. 88/2019
-  n. 214/2020
-  n. 261/2020
-  n. 268/2021

A gestão de tecnologia da informação e comunicação (TIC) provê os serviços digitais da Câmara dos Deputados e envolve as ações voltadas à inovação digital, à sua governança e planejamento, à infraestrutura, ao atendimento aos usuários, aos projetos e ao desenvolvimento de soluções digitais.

5.6.1 MODELO DE GOVERNANÇA DE TIC

A governança de TIC corresponde a um conjunto de estrutura, processos e instrumentos ([Ato do Presidente do CGE n. 7/2021](#)) que visa estabelecer a estratégia de TIC para o alcance dos resultados estratégicos definidos pelo GCE, conforme figura a seguir.

Estrutura, processos e instrumentos da governança de TIC



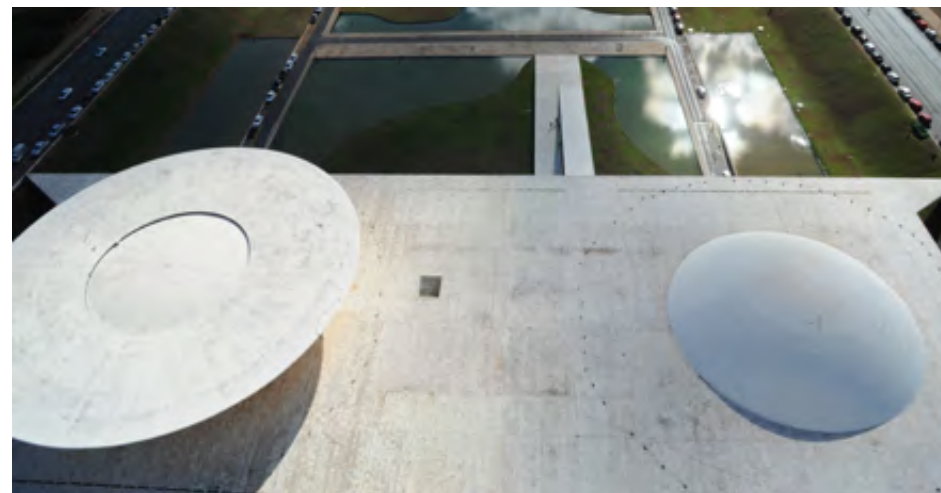
Fonte: adaptação do [Ato do Presidente do CGE n. 7/2021](#).

5.6.2 ESTRATÉGIA DIGITAL 2021-2024

A [Estratégia Digital 2021-2024](#), instituída pela [Portaria n. 268/2021](#), é instrumento de governança que trata da transformação digital da Câmara dos Deputados, alinhada à [estratégia](#) institucional e em conformidade com a [Lei n. 14.129/2021](#), conhecida como Lei de Governo Digital (d-Gov).

5.6.3 PRINCIPAIS NÚMEROS

A Câmara dos Deputados possui serviços públicos de [transparência](#), de [atendimento ao cidadão](#), de [participação do cidadão](#), de [acesso à informação](#) e outros listados na [carta de serviços ao cidadão](#).



Investimentos e custeio

O investimento e custeio em TIC visa à modernização da infraestrutura tecnológica, à terceirização na construção de soluções digitais e à continuidade dos serviços prestados.

Montante de recursos aplicados de TIC (em R\$ milhões)

Investimentos



DESPESAS EXECUTADAS 27.049.879,91

Principais investimentos em 2023

Computadores *desktop*; computadores servidores; equipamentos de Plenário; *notebooks* para deputados; licenças para banco de dados, administração e desenvolvimento de *software* para manutenção evolutiva do OTRS; ferramenta de medição de qualidade de redes sem fio (*wi-fi*).

Custeio



DESPESAS EXECUTADAS 92.500.620,98

Principais serviços em 2023 (custeio)

Licenças Adobe; serviço de *outsourcing* de impressão; serviço de suporte de busca textual (Elasticsearch); serviço de suporte técnico para licenças da Oracle; contratação de enlaces de internet com serviço de proteção contra ataques de negação de serviço (DoS e DDoS); contratação de serviço de suporte técnico do OTRS; aquisição de materiais para a manutenção da infraestrutura da rede e dos *datacenters*; serviços especializados de manutenção e suporte técnico do sistema de telefonia IP e 'cessão de segmento espacial de satélite geoestacionário para tráfego de sinal da TV Câmara em formato digital.

5.6.4 PRINCIPAIS PRODUTOS DE TIC ENTREGUES EM 2023



Infoleg Parlamentar – Módulo órgãos legislativos

O processo de indicação de deputados para as comissões foi simplificado por meio da integração do novo módulo do Infoleg Parlamentar à plataforma Liderança Digital



Ulysses 2 – Distribuição de solicitações aos consultores legislativos

O algoritmo de inteligência artificial Ulysses 2, instalado na Consultoria Legislativa, analisa semanticamente as solicitações de trabalho e as distribui para a área participante. Após expressivos avanços no desempenho, o Ulysses 2 atingiu um nível de maturidade satisfatório e contempla um painel para monitoração sistemática.



Ulysses 3 – Pesquisa prévia para estudos e proposições similares

O algoritmo de inteligência artificial Ulysses 3, instalado na Consultoria Legislativa, realiza pesquisas semânticas de estudos técnicos e de proposições legislativas similares. A maturidade atingida pelo algoritmo permitiu a expansão de sua utilização por várias subáreas de conhecimento na Consultoria Legislativa.



Presidência Digital

O sistema Presidência Digital, implantado na Secretaria da Presidência da Câmara dos Deputados, otimizou as rotinas de trabalho com recuperação rápida dos dados para a atuação no alto volume de processos administrativos. Por meio de um painel de informações gerenciais dinâmico, obteve-se redução de retrabalho, precisão e agilidade das informações indispensáveis à atuação dessa secretaria.



eSocial

Solução digital que permite a inserção da Câmara dos Deputados no programa eSocial para assegurar a transmissão digital de dados fiscais, trabalhistas e previdenciários, e cumprir as exigências do Decreto n. 8.873/2014. Fez-se necessária a atualização de outros sistemas da Casa que mantêm os dados usados na geração dos eventos, conforme as especificações e os prazos definidos em norma. Desde novembro de 2021, quando o eSocial se tornou obrigatório, já foram enviados de mais de 1,08 milhão de eventos ao Governo Federal.



Assistente Remoto de Informação (ARI)

A solicitação de pesquisas de proposições e processo legislativo, legislação, atuação parlamentar, livros, artigos e documentos das constituintes já pode ser feita por meio do chatbot Ari. Disponível para os usuários internos da Casa, o Ari, diminutivo de Aristóteles, entenderá a necessidade do usuário e, se for o caso, encaminhará para uma das atendentes da Biblioteca da Câmara dos Deputados, que acessa o serviço por meio da ferramenta Rocket.Chat.



Editor de Emendas a Medidas Provisórias

O Editor de Emendas a Medidas Provisórias (MP) está disponível no site do Congresso Nacional. Os deputados também podem acessar esse serviço digital por meio das plataformas Gabinete Digital e Liderança Digital. A ferramenta permite, a partir de dispositivos eletrônicos, a elaboração de emendas conforme a técnica legislativa, a visualização das alterações propostas à MP, a geração automática do texto da emenda e a elaboração ou visualização de um quadro sintético de emendas apresentadas em cada medida provisória.



Foco no negócio

As soluções de TIC da Casa têm focado na interação do usuário, com equipe dedicada à acessibilidade e à usabilidade, de modo a tornar as soluções digitais intuitivas e com agradável experiência para o usuário final. O envolvimento dos usuários desde o início dos projetos contribui para a construção dessa experiência ao longo do projeto. A entrega de produtos relevantes é acompanhada da produção de vídeos, de tutoriais e de campanhas de divulgação, a fim de promover o engajamento dos usuários e o fortalecimento dos produtos.



Portal do Pró-Saúde

O acesso de prestadores e de beneficiários a informações e serviços do Programa de Assistência à Saúde (Pró-Saúde) se tornou mais fácil com o portal personalizado para a Câmara dos Deputados, focado em linguagem simples e na experiência do usuário, acessível em quaisquer dispositivos, reduzindo a prestação de informações por telefone ou e-mail.



Atualizações tecnológicas

Com previsão orçamentária e equipes dedicadas às atualizações tecnológicas, a Casa segue mantendo seu parque computacional com a contínua atualização da infraestrutura e da migração de sistemas para plataformas mais robustas, sem impactar nos processos de trabalho de toda a instituição.



6




**ACESSIBILIDADE E
SUSTENTABILIDADE**

□ 6.1 ACESSIBILIDADE




Conformidade legal


Leis

-  n. 10.048/2000
-  n. 10.098/2000
-  n. 13.146/2015




Decreto

-  n. 186/2008

Resolução CD

-  n. 19/2016

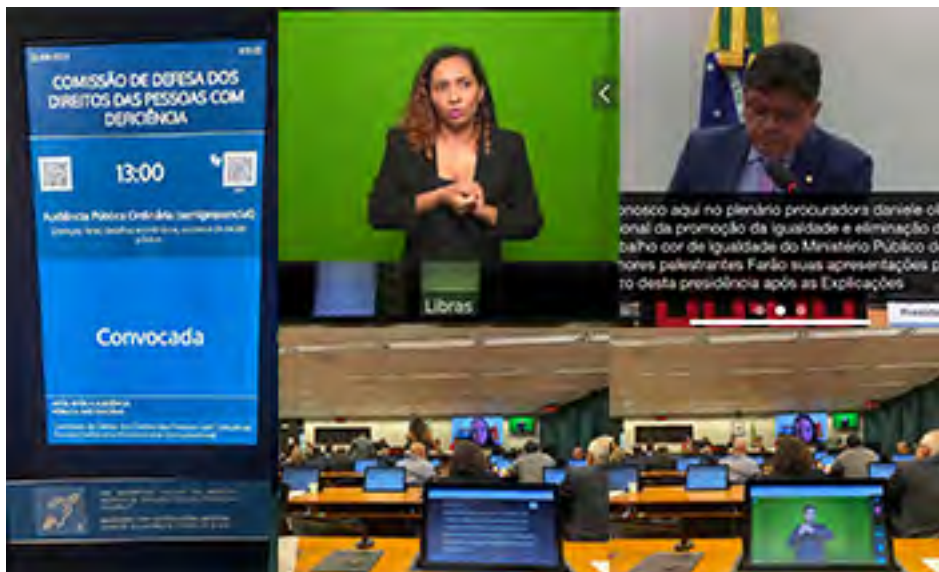
Atos da Mesa

-  n. 4/2011
-  n. 151/2014
-  n. 149/2017



A Câmara dos Deputados desenvolve ações de acessibilidade e de inclusão desde 2004, como a prestação de serviços continuados por pessoa com deficiência intelectual, na modalidade de inserção do trabalho apoiado. Para 2023, as [ações executadas](#) foram priorizadas em

parceria com as equipes interdepartamentais da Casa. Outras ações de acessibilidade podem ser consultadas em [principais resultados desde 2004](#), bem como na [página da Acessibilidade](#) no portal da Câmara dos Deputados.



6.1.1 AÇÕES DE ACESSIBILIDADE REALIZADAS EM 2023



ACESSIBILIDADE FÍSICA

- Instalação do primeiro sanitário adaptado para pessoas com ostomia no Distrito Federal
- Instalação do piso tátil de alerta e direcional nas dependências do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados
- Elaboração do protótipo de sala de alongamento para colaboradores com deficiência física e/ou mobilidade reduzida



ACESSIBILIDADE NA COMUNICAÇÃO E NA INFORMAÇÃO

- Projeto de restauração da maquete tátil do Congresso Nacional, parcialmente destruída durante a invasão do dia 8 de janeiro de 2023
 - Oferta de recursos de acessibilidade comunicacional (Língua Brasileira de Sinais - Libras, legendas e audiodescrição) nos eventos presenciais em espaços abertos sob demanda
 - Elaboração de protótipo de Visitação Acessível nas modalidades visita institucional e visita autônoma
 - Sinalização de rotas alternativas em caso de elevadores em manutenção
- 16** e-books publicados no formato acessível e-Pub com texto alternativo em todas as imagens
- 522** e-mails marketing com conteúdo acessível
- Materiais e publicações acessíveis no Plenarinho, portal infantojuvenil da Câmara dos Deputados, na plataforma EaD e no portal da Escola da Câmara
- 219** horas de interpretação de Libras em 102 eventos virtuais ou semipresenciais não legislativos
- 11** horas de audiodescrição em 5 eventos virtuais ou semipresenciais não legislativos
- 7** horas de legendas em 3 eventos virtuais ou semipresenciais não legislativos
- 8.770** horas com legendas ocultas de transmissões pela TV Câmara e pelo YouTube
- 2.619** horas de transmissão com janela de Libras em sessões plenárias, reuniões de comissões e outros eventos legislativos
- 1.392** horas de programação da TV Câmara com audiodescrição



ACESSIBILIDADE NA COMUNICAÇÃO E NA INFORMAÇÃO

4 jovens com deficiência participaram das Experiências Presenciais da Escola da Câmara

40 servidores capacitados em Libras e 09 em audiodescrição

8 eventos internacionais e nacionais relacionados à acessibilidade e à inclusão com participação de servidores como palestrantes

6 planos de Atendimento em Acessibilidade para parlamentares e colaboradores com deficiência

- Elaboração de Protocolo de Transmissão dos serviços de Libras nos plenários das comissões

- Prospecção tecnológica dos serviços de tradução de Libras, nas modalidades presencial e remota, e de legendas em tempo real, e dos óculos que captam imagens e articulam as informações visuais em voz alta e em tempo real

- Campanhas sobre capacitismo

- Elaboração da Lei Fácil sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em parceria com a Edições Câmara

6.1.2 SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

As ações realizadas pela Câmara dos Deputados no contexto da acessibilidade destinam-se ao público externo e às pessoas com deficiência que trabalham na Casa, identificadas e representadas na figura a seguir:

Total de pessoas com deficiência em atividade em 2023 (posição em 31/12/2023)

CATEGORIAS FUNCIONAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	QUANTITATIVO REPORTADO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
513 deputados	5
2.531 servidores efetivos	71*
1.716 cargos de natureza especial (CNE)	3
9.699 secretários parlamentares (SP)	5
145 estagiários	14
3.516 empregados terceirizados	54
18.120 colaboradores	152

*53 dentro da cota e 18 fora da cota.



6.2 SUSTENTABILIDADE NA CÂMARA



Conformidade legal

Atos da Mesa

- n. 4/2011
- n. 34/2015
- n. 79/2019

Portarias

- n. 336/2010
- n. 227/2014
- n. 251/2016
- n. 53/2018
- n. 1/2019
- n. 164/2022

Agenda 2030 da ONU

- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



O ano de 2023 registrou o aumento de consumo em diversos eixos em comparação com 2022, o que se explica pelo fato de 2023 ter sido um ano sem eleições.

Assim, considerando como parâmetro o ano de 2019, o último sem eleições e sem influência da pandemia de Covid-19, 2023 apresenta uma redução global de consumo em decorrência da gestão sustentável desenvolvida pela Casa nos últimos 20 anos, conforme dados apresentados no quadro a seguir:

	2019	2022	2023	2023 X 2022	2023 X 2019
Papel (resmas)	26.056	11.409	12.497	10%	-52%
Impressões (pág.)	22.022.233	10.024.708	11.757.947	9%	-50%
Garrafas descartáveis (un.)	542.100	268.020	328.236	22%	-39%
Impressoras (média)	1.843	1.309	1.313	0,3%	-29%
Impressões gráficas rápidas (pág.)	747.361	289.302	533.105	84%	-29%
Água tratada (mi.)	137.277	110.393	108.021	-2%	-21%
Copos descartáveis (un.)	6.932.200	4.307.400	5.514.400	28%	-20%
Energia (kwn)	19.830.171	16.849.675	17.800.227	6%	-10%
Combustível (L)	199.810	163.133	185.689	14%	-7%
Papel gráfica (resmas)	4.499	3.773	4.216	12%	-6%

6.2.1 PRINCIPAIS AÇÕES E RESULTADOS¹

Redução do consumo de papel A4

O processo eletrônico (eDoc) e demais projetos integrantes da Estratégia Digital da Câmara dos Deputados possibilitaram uma redução de:

- 52% no consumo de papel;
- 50% na quantidade de páginas impressas;
- 29% na quantidade de impressoras em utilização;
- 6% no consumo de papel pela gráfica;
- 29% na quantidade de páginas impressas nas gráficas rápidas.

Redução no consumo de garrafas e copos descartáveis

Em 2023, a instalação de 52 novos filtros possibilitou uma diminuição de 22% no consumo de água mineral engarrafada, na comparação com 2022. A capacidade total de água disponibilizada pelos filtros elevou-se para 12.790 litros.

A adoção de copos de vidro nas copas e as campanhas de conscientização junto aos servidores e colaboradores propicia-

¹ Alguns resultados apresentados são estimados e poderão sofrer alterações. Algumas áreas não dispõem até o momento dos resultados consolidados de 2023.

ram redução de 28% no consumo de copos descartáveis de 2022 para 2023.

Redução no consumo de água tratada e energia elétrica

Diversas iniciativas técnicas repercutiram na diminuição do consumo de água tratada e de energia elétrica. A participação da água bruta proveniente de poços semiartesianos em atividades como irrigação, alimentação de espelhos d'água e paisagismo atingiu 18.249 m³, o que representa redução de 21% no consumo de água tratada fornecida pela concessionária quando comparado com o consumo de 2019.

Merece destaque a inauguração de mais uma usina de energia fotovoltaica, localizada no Complexo Avançado, que contribuiu para a redução de 10% no consumo de energia elétrica em comparação com 2019. As duas usinas fotovoltaicas em operação geraram 295.828 kWh de energia, o que representou uma economia de R\$ 186.817,45.



Gestão de resíduos

No último ano, foram destinadas 215 toneladas de resíduos recicláveis para cooperativas de catadores que prestam serviços para a Câmara dos Deputados. Além de promover destinação adequada dos resíduos recicláveis, a Casa contribuiu significativamente para a inserção social dos catadores, que passa a contar com incremento na sua renda mensal.

Em 2023, 135 toneladas de resíduos orgânicos oriundos do preparo dos alimentos gerados nos restaurantes instalados nas dependências da Casa foram encaminhadas para compostagem por meio de contrato com empresa especializada.

Além disso, resíduos perigosos como lâmpadas fluorescentes, eletroeletrônicos, materiais perfurocortantes, escarificantes, componentes com possível presença de agentes biológicos que podem apresentar risco de infecção, componentes sólidos e líquidos perigosos gerados na atividade gráfica, bem como resíduos resultantes de obras, também são encaminhados à destinação final de forma adequada.

Outro destaque da gestão de resíduos foi criar na Câmara dos Deputados um ponto de coleta para recebimento de resíduos eletroeletrônicos trazidos por

servidores e por colaboradores, bem como para a disposição final dos resíduos do gênero gerados pela Casa. Ao longo dos últimos 11 anos, foram descartadas, de forma adequada, 27 toneladas de resíduos eletroeletrônicos, recolhidos nas Praças de Logística Reversa, localizadas no Complexo Avançado e no Edifício Anexo III da Casa.

6.2.2 EDUCAÇÃO PARA SUSTENTABILIDADE

A Câmara dos Deputados, como um dos membros fundadores da Rede Legislativo Sustentável, promoveu o Mês da Sustentabilidade em parceria com os demais partícipes. Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho, foi organizado o III Seminário de Sustentabilidade no Legislativo, com diversos eventos virtuais sobre assuntos relevantes relacionados à temática que tiveram cerca de 5 mil visualizações na internet, no total.

Com o tema "Economia Circular e Iniciativas para Sustentabilidade", foi realizado o painel de abertura de forma híbrida, no Auditório Freitas Nobre. O evento contou com a capacidade máxima do espaço, cerca de 100 pessoas, e sua transmissão pelo YouTube alcançou em torno de 2 mil pessoas.

6.2.3 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

Desde 2011, a Câmara dos Deputados estabeleceu um padrão de sustentabilidade para compras e contratações, instituído por meio do [Ato da Mesa n. 4/2011](#), e demais regulamentações. Em 2023, das 177 licitações realizadas, 90% tiveram critérios de sustentabilidade, nas dimensões ambiental ou social. As principais exigências ambientais estiveram relacionadas ao descarte correto de resíduos oriundos da contratação, à logística reversa, à comprovação da origem legal da matéria-prima e à necessidade do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras dos Recursos Naturais (CTF/APP) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Também foram considerados requisitos relacionados à eficiência energética de aparelhos, à eficiência hídrica de equipamentos hidrossanitários e, de forma mais abrangente, à conformidade com as normas legais pertinentes. Já os critérios sociais considerados se referiram às aquisições com itens exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte e aos relativos à inclusão social de pessoas com deficiência.





7

**PARTICIPAÇÃO,
INTERAÇÃO E
DIVULGAÇÃO
LEGISLATIVA**

7.1 COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE

O aniversário de 25 anos da TV Câmara, criada em 1998, lembrou a importância das ações de transparência e participação no Poder Legislativo, que estão entre as diretrizes estratégicas da instituição. O canal ganhou identidade visual comemorativa e retomou programas

presenciais que haviam sido suspensos durante a pandemia de Covid-19, como o Ocupação, que traz ao auditório os estudantes em estágio na Casa. Ao todo, foram 529 programas, com 649 participações de deputados, e 285 edições de telejornais.

Nova identidade visual dos programas da TV Câmara

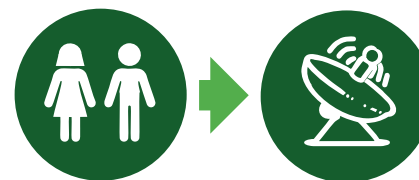


Um seminário e um livro em comemoração ao aniversário da TV Câmara promoveram a reflexão sobre o futuro da televisão e seu papel na comunicação pública. Por meio da Rede Legislativa, o

alcanço da TV Câmara continuou a crescer. Em 2023, 957 novas estações entraram em operação, finalizando a implantação do Programa Digitaliza Brasil, com 1.550 estações no total.

Transmissão da Rede Legislativa

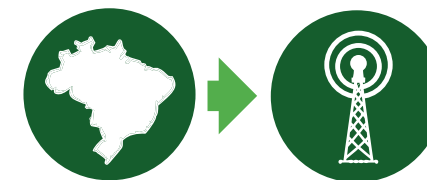
REDE LEGISLATIVA DE TV DIGITAL



126 milhões
de cidadãos
potencialmente
alcançados em
2.204 municípios

1.614 Estações
em operação

REDE LEGISLATIVA DE RÁDIO



13 milhões
de cidadãos
potencialmente
alcançados em
20 municípios
de 10 estados

20 Estações
em operação

A TV Câmara e a Rádio Câmara aprofundaram a cooperação mútua, para otimizar os recursos, renovar a linguagem e ampliar a cobertura. Assim, o jornal matinal da Rádio Câmara Painel Eletrônico passou a ser exibido também pela TV Câmara e o programa Direto da Câmara, no início da tarde, passou a ser transmitido também pela Rádio Câmara. As transmissões ao vivo das reuniões e das

sessões na Câmara dos Deputados, com narração integrada, mantiveram-se em destaque na programação, o que facilitou o acesso e a compreensão, pelo cidadão, do que acontece na Casa. Na Rádio Câmara, além das transmissões foram publicados 3.856 episódios de *podcasts* jornalísticos e 716 episódios de *podcasts* culturais.

Em 2023, outro destaque foi a presença da Câmara dos Deputados no [YouTube](#), que chegou a 1 milhão de seguidores, marca simbólica da consolidação de um canal. A Câmara dos Deputados publica, nessa plataforma, ao vivo, todas as atividades legislativas, podendo chegar a dezenas de transmissões em um mesmo dia. Somente em 2023, foram postados 7.322 vídeos, dos quais 3.013 no modo ao vivo. Em dezembro, a plataforma entregou à Câmara dos Deputados a placa Ouro, em cerimônia que destacou a importância de o Poder Legislativo se aproximar do cidadão por meio das tecnologias populares disponíveis.

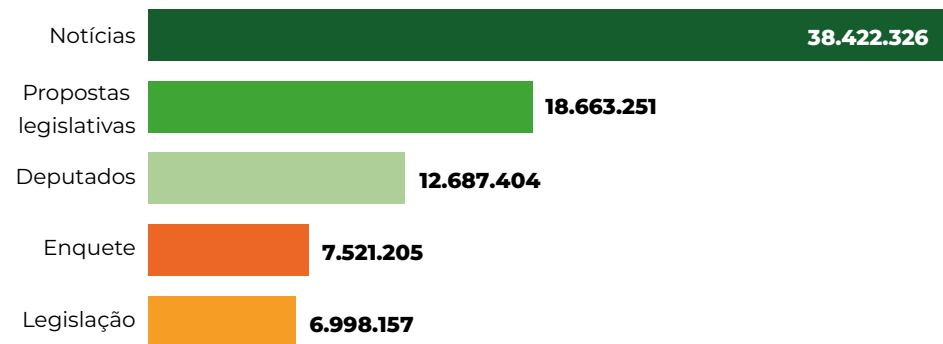
As transmissões por meio do YouTube podem ser acessadas também no [portal da Câmara dos Deputados](#). Em 2023², o número de usuários do portal chegou a 39 milhões. Já o total de visualizações alcançou 152 milhões. As [páginas de notícias](#) permanecem como o serviço mais demandado.

Página inicial do portal da Câmara dos Deputados na internet



2 As estatísticas do portal da Câmara dos Deputados foram obtidas pelo Google Analytics até 2022 e pelo GA4 em 2023. Em função das diferenças conceituais e metodológicas das duas ferramentas, não foi possível comparar as métricas em relação aos anos anteriores.

Portal na internet - Áreas de conteúdo mais acessadas em 2023



Interação e participação

Em 2023, a Câmara dos Deputados continuou a experimentar novas linguagens, para conversar com públicos ainda distantes da atuação do Poder Legislativo. O canal no [TikTok](#) foi o grande destaque dessa estratégia. Com o *slogan* “Descomplicando a política em poucos segundos”, o canal vem alcançando crescimento contínuo de público, com mais de 300% de aumento na quantidade de seguidores em 2023. Consideradas todas as redes institucionais da Casa, a quantidade de seguidores ultrapassou 3 milhões de pessoas ao final de 2023.

REDE SOCIAL		SEGUIDORES		CRESCIMENTO	
CANAL	ALCANCE	1º/1/23	31/12/23	ABSOLUTO	%
Instagram	5.379.808	176.021	214.133	38.112	21,65
YouTube	288.818.811	829.737	1.077.128	247.391	29,82
Facebook	4.284.501	677.862	675.458	-2.404	-0,35
Twitter/X	27.815.869	1.127.555	1.157.431	29.876	2,65
TikTok	4.291.750	24.481	100.039	75.558	308,64

Além das plataformas de redes sociais, a Câmara dos Deputados está presente nos aplicativos mensageiros. Em setembro, foi lançado o [canal oficial da](#)

[Câmara dos Deputados](#) no WhatsApp. No final do ano, o canal já contava com mais de **51 mil seguidores**.

Campanha de divulgação do canal no WhatsApp



A Câmara dos Deputados mantém ainda canais próprios de interação com o cidadão. Em 2023, as [enquetes legislativas](#), disponíveis no portal da instituição na internet, receberam mais de 1 milhão de votos, um aumento de 17% em relação a 2022. No mesmo período, foram moderados 26.254 comentários nas [notícias do](#)

[portal da Câmara dos Deputados](#), 40% a mais que em 2022.

Os [relatórios executivos de participação popular](#) apresentam os assuntos e as proposições legislativas que mais mobilizaram as pessoas que entraram em contato com a Câmara dos Deputados por esses canais.

Páginas do relatório mensal de participação popular



Comunicação integrada

Para ampliar o diálogo com a sociedade, a Câmara dos Deputados desenvolve campanhas que integram ações nos vários canais da instituição. Em 2023, foram criadas 221 campanhas publicitárias com 4 mil peças de divulgação, além de 156 produtos audiovisuais para TV e redes sociais, como vídeos, documentários e animações institucionais.

Destacou-se a celebração dos 35 anos da Constituição Federal de 1988, que envolveu ações em todas as mídias, e também um [documentário](#) e uma [exposição](#) que apresentou dados e fotografias da participação dos movimentos populares na elaboração da Carta Magna.



Arte e eventos

Em 2023, a Câmara dos Deputados realizou 61 exposições históricas, institucionais e artísticas. As mostras artísticas são projetos selecionados a partir de um [edital público](#) nacional.

Entre as atividades culturais, um destaque foi o programa [Encontro com o Autor](#), parceria do Centro Cultural com a Biblioteca da Câmara, que passou a ser transmitido pela TV Câmara. Foram nove grandes entrevistas com escritores e escritoras, entre os quais a vencedora do Prêmio Jabuti de melhor romance literário, Micheline Verunsch, e o primeiro indígena eleito para a Academia Brasileira de Letras, Ailton Krenak.

Ao longo do ano, realizaram-se 1.918 eventos na Câmara dos Deputados,

quase todos legislativos. A instituição recebeu 100.709 pessoas no programa de visita institucional, que chegou a ser interrompido, por questões de segurança, em função da invasão do Palácio do Congresso Nacional, em 8 de janeiro de 2023. O processo de recuperação das obras de arte atingidas continua em curso. No total, 64 itens foram afetados direta ou indiretamente.

Atendimento à imprensa

Os trabalhos de recuperação depois do 8 de janeiro foram o tema da maior parte das 68 entrevistas de servidores da Casa solicitadas por veículos de imprensa, que foram acompanhadas pela Assessoria de Imprensa. Ao todo, a Assessoria de Imprensa atendeu 2.213 demandas de jornalistas, 39% a mais que em 2022.



7.2 EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

A Câmara dos Deputados desenvolve uma série de ações e de programas educativos que buscam disseminar conhecimentos sobre a democracia e o Poder Legislativo, para incentivar a aproximação entre Parlamento e sociedade.

Em 2023, foram promovidas três edições bem-sucedidas do programa Estágio-Visita, com a participação de 214 estudantes universitários. Adicionalmente, foi realizado um notável ciclo do [Projeto Politeia](#), que envolveu 190 participantes de ensino superior e uma edição do programa [Parlamento Jovem Brasileiro](#) voltado para estudantes do nível médio.

O programa infanto-juvenil [Câmara Mirim](#) recebeu 557 projetos de lei elaborados por estudantes do segundo ciclo do ensino fundamental e contou com a participação de 151 crianças e adolescentes na experiência de simulação parlamentar. O [Portal Plenarinho](#) disponibilizou inúmeros jogos para esse

público relativos ao tema legislativo, e ofereceu seis episódios de *podcast* com foco em conteúdo de educação sobre democracia para professores. Além disso, promoveu o concurso de desenho “Constituição, Democracia e Infância”, em homenagem aos 35 anos da Constituição Federal brasileira.

O [Portal EVC – Onde Educação Vira Cidadania](#), um espaço de aprendizagem que busca ampliar o acesso a conteúdo sobre política, cidadania, democracia e o papel do Poder Legislativo, obteve 758.610 visualizações e 436.967 usuários em 2023, números recordes desde a sua criação.

A formação para vereadores no programa [Intercâmbio Legislativo](#), em sua primeira edição, recebeu 64 participantes, que tiveram a oportunidade de conhecer de perto os trabalhos legislativos da Câmara dos Deputados e participar de formação em temas relevantes para a vereança.

7.3 TRANSPARÊNCIA

7.3.1 GESTÃO DO RELACIONAMENTO

A Câmara dos Deputados, com o intuito de dar ampla divulgação à Carta de Serviços da instituição, lançou, em outubro de 2023, a campanha “Existe uma Câmara para cada uma das suas necessidades”, para incentivar a participação dos cidadãos na avaliação dos serviços públicos oferecidos e propiciar a atualização periódica do documento. Além disso, para que os usuários da Casa tenham acesso facilitado aos serviços e às informações disponibilizados, foram instaladas placas nas dependências da Câmara dos Deputados com orientações para o encaminhamento de denúncias, elogios, sugestões administrativas e reclamações.

A Casa realizou também a 3ª Maratona de Defesa dos Direitos dos Usuários de Serviços Públicos em parceria com a Rede Nacional de Ouvidorias (ReNOuv), cujo tema central foi “Discriminação no serviço público: não se cale”. A proposta do evento foi celebrar os seis anos da [Lei n. 13.460/2017](#), para que os cidadãos conheçam seus direitos de manifestação perante os órgãos públicos. A Ouvidoria Parlamentar da Câmara dos Deputados fez parte da Comissão Organizadora do evento e realizou a campanha em dois momentos: no incentivo à participação na campanha, direcionada às ouvidorias públicas, e na divulgação das peças informativas aos cidadãos.

A Câmara dos Deputados promoveu ainda dois ciclos de debates, cujos temas foram [Orçamento Público](#), em 28/9/2023, e [Controle Institucional e Social dos Gastos Públicos](#), em 30/11/2023. O Ciclo de Debates é um projeto de fomento à cultura de transparência no setor público, promovido pela Secretaria de Transparência (Setran), em parceria com a Ouvidoria Parlamentar, Segunda Vice-Presidência e com o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), com o intuito de estreitar o relacionamento desta Casa legislativa com a sociedade civil e agentes políticos sobre matérias de relevante interesse social.

Quanto às demandas registradas pela sociedade por meio dos canais [Fale Conosco](#), Serviço Disque Câmara: 08000 6196191 e balcões de atendimento, a Câmara dos Deputados realizou 66.391 atendimentos. Seguem as tipologias e respectivos quantitativos das demandas.

Solicitação de informação	47.181
Manifestação	3.545
Solicitação de serviços e produtos	2.773
Reclamação	428
Denúncia	463
Sugestão administrativa	106
Elogio	44
Subtotal	54.540
Fora do Escopo	11.851
Total de demandas atendidas	66.391

No último [Relatório Anual da Lei de Acesso à Informação](#), constam os dados, de forma detalhada, sobre os atendimentos às solicitações de informação, respaldadas pela [Lei n. 12.527/2011](#) (Lei de Acesso à Informação).

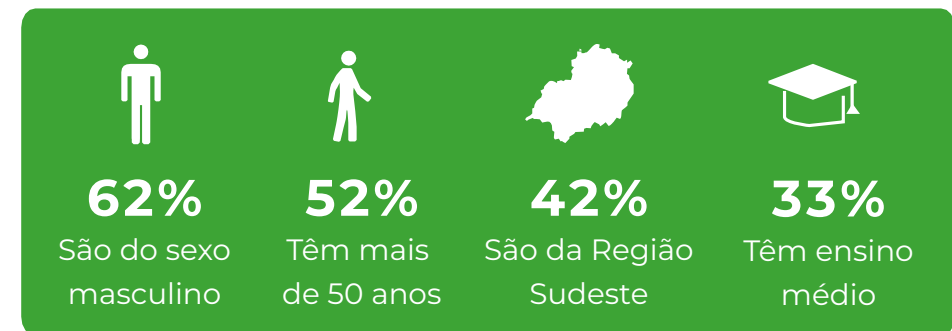
A Câmara dos Deputados substituiu o sistema eletrônico que dá suporte aos atendimentos à sociedade, encaminhados pelos canais oficiais da Casa. O novo sistema, uma plataforma de software livre denominada *Open-source Ticket Request System* (OTRS), foi disponibilizado em 25 de agosto de 2023.



Perfil dos demandantes

O monitoramento constante do perfil dos cidadãos que interagem com esta Casa por meio do Fale Conosco e do Disque Câmara é instrumento importante para avaliar o alcance dos canais, suas necessidades de aprimoramento e diversificação. A seguir, são apresentados os percentuais mais elevados em cada categoria: sexo, faixa etária, região geográfica e escolaridade.

Perfil dos cidadãos atendidos em 2023



Pesquisa de satisfação

Em resposta às pesquisas de satisfação com os atendimentos prestados pela Câmara dos Deputados, 87% dos cidadãos se manifestaram muito satisfeitos (nota 5) ou satisfeitos (nota 4) e 11% muito insatisfeitos (nota 1) e insatisfeitos (nota 2). Dentro desse percentual de insatisfação, foram verificadas possibilidades de melhoria do atendimento e, quando cabível, encaminhadas novas respostas ou esclarecimentos adicionais.



8

**INFORMAÇÕES
ORÇAMENTÁRIAS,
FINANCEIRAS E
CONTÁBEIS**

8.1 PRINCIPAIS DADOS EXTRAÍDOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS³

Conformidade legal

Leis

- n. 4.320/1964
- n. 10.180/2001

Lei Complementar

- n. 101/2000

Decreto-Lei

- n. 200/1967

Resolução CD

- n. 20/1971

8.1.1 BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público.

Balanço patrimonial

ATIVO Bens e direitos R\$ 5,23 bilhões	PASSIVO Obrigações R\$ 1,43 bilhão
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO Ativo menos passivo R\$ 3,80 bilhões

Balanço patrimonial (R\$)

ATIVO	5,23 BILHÕES
Ativo circulante	3,38 bilhões
Caixa e equivalentes de caixa	3,34 bilhões
Créditos a curto prazo	22,21 milhões
Estoques	8,41 milhões
VPDs pagas antecipadamente	2,86 milhões
Ativo não circulante	1,85 bilhão
Ativo realizável a longo prazo	7,51 milhões
Imobilizado	1,84 bilhão
Intangível	9,10 milhões

PASSIVO	1,43 BILHÃO
Passivo circulante	618,56 milhões
Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo	415,53 milhões
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo	1,37 milhão
Provisões a curto prazo	62,14 milhões
Demais obrigações	139,52 milhões
Passivo não circulante	815,14 milhões
Provisões a longo prazo	815,14 milhões

³ Todos os valores apresentados neste subtópico foram arredondados. Para maiores informações, consulte as demonstrações contábeis publicadas no [portal da Câmara dos Deputados](#).

Ativo circulante = R\$ 3,38 bilhões

Caixa e equivalentes de caixa
R\$ 3,34 bilhões



Recursos da Conta Única aplicados

Recursos aplicados decorrentes de receitas diretamente arrecadadas pelo Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados

31/12/2023	31/12/2022
R\$ 1,09 bilhão	R\$ 943,1 milhões



Variação positiva de **15,2%** que decorre, principalmente, dos rendimentos auferidos com essa aplicação.



Recursos liberados pelo Tesouro

Detalhamento	31/12/2023
Limite de saque com vinculação de pagamento + Limite de saque com vinculação de pagamento (ordem de pagamento)	2,26 bilhões

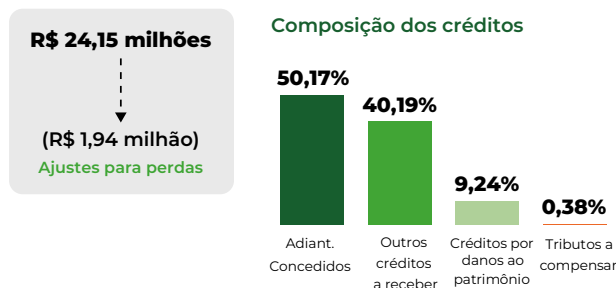


Banco Conta Movimento - CEF

31/12/2023	31/12/2022
389,20 mil	544,35 mil

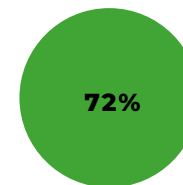
Créditos a curto prazo
R\$ 22,21 milhões

Demais créditos e valores a curto prazo



Principais valores a receber	
R\$ 12,12 milhões	de adiantamento de férias
R\$ 3,73 milhões	de bancos públicos federais em virtude da cessão de direitos de operacionalização da folha de pagamento
R\$ 2,23 milhões	de remuneração da Conta Única a receber
R\$ 1,90 milhão	de infrações legais e contratuais
R\$ 1,87 milhão	de créditos por dano ao patrimônio - folha de pagamento

Estoques
R\$ 8,41 milhões



Material de consumo



Estoques diversos



Produtos acabados

Elétrico e eletrônico	R\$ 1,62 milhão
Manutenção de bens imóveis e instalações	R\$ 1,61 milhão
Expediente	R\$ 791,20 mil
Tecnologia da informação	R\$ 296,50 mil
Material hospitalar	R\$ 229,04 mil
Outros	R\$ 1,54 milhão

VPDs pagas antecipadamente
R\$ 2,86 milhões

Para mais informações acesse:

[Notas explicativas às Demonstrações Contábeis](#)

Ativo não circulante = R\$ 1,85 bilhão



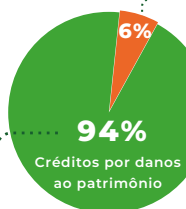
Ativo realizável a longo prazo

R\$ 7,51 milhões

Créditos a longo prazo



Financiamentos concedidos a receber
R\$ 728 mil



Convênio celebrado com a extinta Sociedade de Habitações de Interesse Social Limitada (Shis), cujo sucessor é o Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal.

Créditos por danos ao patrimônio

Ajustes para perdas
(R\$ 4,54 milhões)



R\$ 11,33 milhões
89,75% do total a receber decorre de pagamentos indevidos



Intangível

O valor total é formado por licenças de *softwares*.

R\$ 9,10 milhões



Imobilizado

R\$ 1,84 bilhão

Bens imóveis R\$ 1,61 bilhão

Apartamentos



R\$ 864 milhões

Edifícios



R\$ 635 milhões

Terrenos



R\$ 92 milhões

Outros



R\$ 21 milhões

Bens móveis R\$ 315 milhões

Equipamentos TI



R\$ 124 milhões

Equipamentos áudio, vídeo e foto



R\$ 65 milhões

Obras de arte



R\$ 49 milhões

Mobiliário



R\$ 27 milhões

Outros



R\$ 50 milhões

Depreciação acumulada (R\$)

Saldo em 31/12/2022	2,98 milhões
Encargo de depreciação	2,16 milhões
Reversão da depreciação acumulada – exercícios anteriores	(16,47 mil)
Saldo em 31/12/2023	5,13 milhões

Depreciação acumulada (R\$)

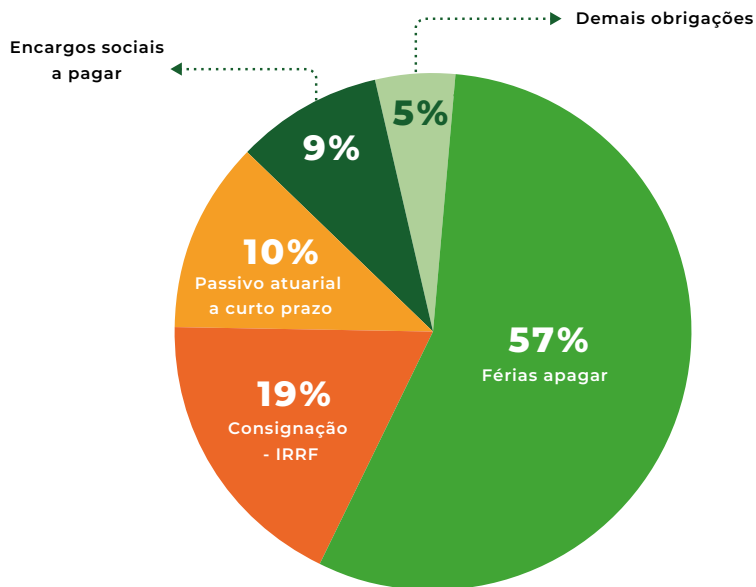
Saldo em 31/12/2022	68,55 milhões
Encargo de depreciação	26,01 milhões
Reversão da depreciação acumulada	(12,74 milhões)
Realização da reserva de reavaliação	2,48 milhão
Saldo em 31/12/2023	84,31 milhões

Para mais informações acesse:



Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

Passivo = R\$ 1,43 bilhão



Refere-se ao passivo atuarial do plano de seguridade social dos congressistas (PSSC), instituído por meio da Lei n. 9.506, de 30 de outubro de 1997.

8.1.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O balanço orçamentário é o demonstrativo que apresenta o comportamento das receitas e das despesas orçamentárias, comparando os valores de receitas previstas com as receitas realizadas, de despesas fixadas com as despesas executadas.

Balanço orçamentário

Receita			
Especificação	Prevista atualizada (a)	Realizada (b)	Saldo (c) = (b) - (a)
Receitas correntes	R\$ 70,36 milhões	R\$ 154,76 milhões	R\$ 84,40 milhões
Receitas de capital	R\$ 82,57 mil	R\$ 347,39 mil	R\$ 264,82 mil
Total	R\$ 70,44 milhões	R\$ 155,10 milhões	R\$ 84,66 milhões

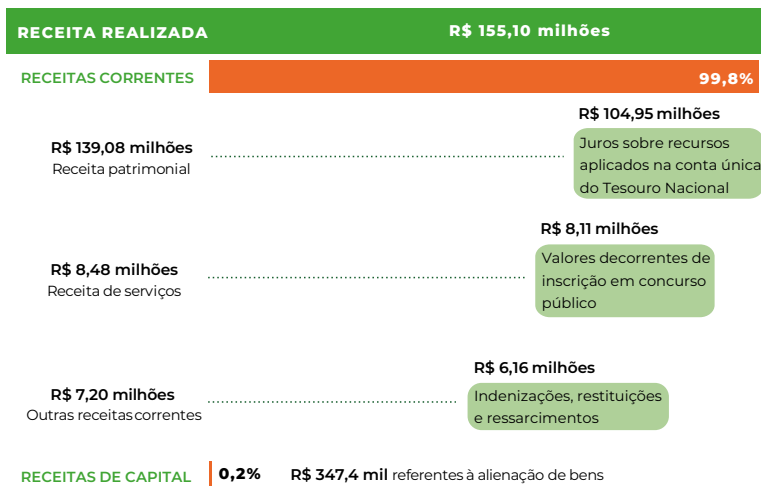
Despesa			
Especificação	Dotação atualizada (a)	Empenhada (b)	Saldo da dotação (c) = (a) - (b)
Despesas correntes	R\$ 7,54 bilhões	R\$ 6,40 bilhões	R\$ 1,14 bilhão
Despesas de capital	R\$ 234,07 milhões	R\$ 58,43 milhões	R\$ 175,64 milhões
Total	R\$ 7,78 bilhões	R\$ 6,46 bilhões	R\$ 1,32 bilhão

Para mais informações acesse:



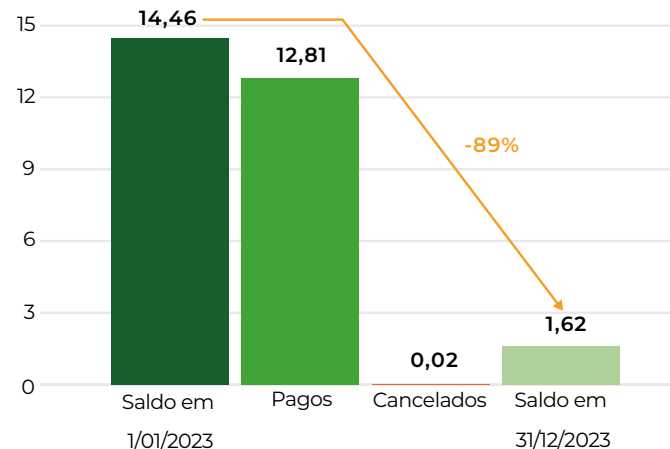
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

Balço orçamentário: receita realizada

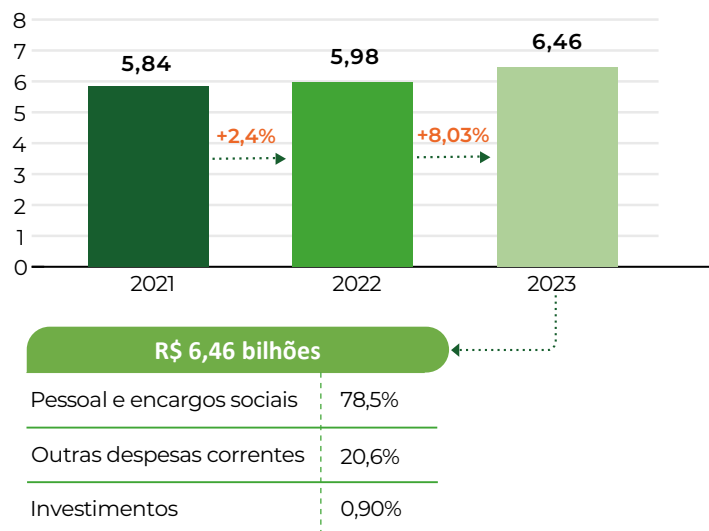


Execução de restos a pagar (R\$ em milhões)

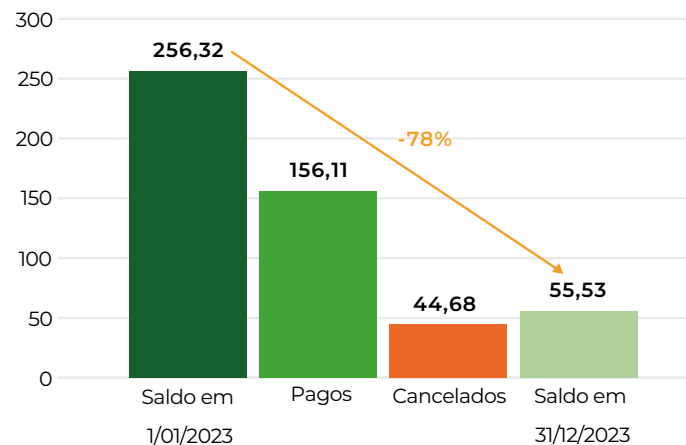
Processados



Balço orçamentário: despesa empenhada (R\$ em bilhões)



Não processados



Para mais informações acesse:

[Notas explicativas às Demonstrações Contábeis](#)

8.1.3 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A demonstração das variações patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

Variações patrimoniais

Aumentativas (R\$)		Diminutivas (R\$)	
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	44,31 milhões	Pessoal e encargos	3,69 bilhões
Variações patrimoniais Aumentativas financeiras	105,16 milhões	Benefícios previdenciários e assistenciais	2,02 bilhões
Transferências e delegações recebidas	6,93 bilhões	Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	789,21 milhões
Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	5,71 milhões	Variações patrimoniais diminutivas financeiras	191,43 mil
Outras variações patrimoniais aumentativas	528,52 milhões	Transferências e delegações concedidas	44,21 milhões
TOTAL (I)	7,61 bilhões	Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	3,94 milhões
		Tributárias	891,93 mil
		Custo – mercadorias, produtos vendidos e dos serviços prestados	266,55 mil
		Outras variações patrimoniais diminutivas	359,39 milhões
		TOTAL (II)	6,91 bilhões
Resultado patrimonial do período (I - II)			
SUPERÁVIT			
R\$ 701,3 milhões			

Principais variações patrimoniais aumentativas



Principais variações patrimoniais diminutivas



Para mais informações acesse:



[Notas explicativas às Demonstrações Contábeis](#)

8.1.4 BALANÇO FINANCEIRO

O balanço financeiro é o demonstrativo que evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Balanço financeiro (em R\$)

Especificação	Ingressos	Dispêndios
Orçamentários	155,11 milhões	6,46 bilhões
Transferências financeiras	6,93 bilhões	40,16 milhões
Extraorçamentários	356,98 milhões	175,69 milhões
Total	7,44 bilhões	6,67 bilhões
Resultado financeiro		763,42 milhões
Saldo do exercício anterior		2,58 bilhões
Saldo para o exercício seguinte		3,34 bilhões

8.1.5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa (DFC) apresenta as entradas e as saídas de caixa e as classifica em fluxos operacionais, de investimento e de financiamento.

Demonstração dos fluxos de caixa (em R\$)

Especificação	Ingressos	Desembolsos	Fluxo líquido
Fluxo das atividades operacionais	7,09 bilhões	6,26 bilhões	825,84 milhões
Fluxo das atividades de investimentos	347,39 mil	62,76 milhões	(62,42 milhões)
Fluxo das atividades de financiamentos	-	-	-
Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa			763,42 milhões
Caixa e equivalentes de caixa inicial			2,58 bilhões
Caixa e equivalentes de caixa final			3,34 bilhões

Relatório contábil do encerramento do exercício de 2023

O [relatório contábil](#) que contém a declaração do contador, as demonstrações contábeis e as notas explicativas está disponível para consulta no portal da Câmara dos Deputados.





9

TÓPICOS ESPECIAIS



□ 9.1 AÇÕES RELATIVAS AO 8 DE JANEIRO

Em 8 de janeiro de 2023, os edifícios do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal e do Palácio do Planalto foram invadidos e depredados por manifestantes.

9.1.1 MEDIDAS PREVENTIVAS

Previamente à invasão de 8 de janeiro, a Câmara dos Deputados contava com o projeto Adequa-Segurança, com o propósito de adequar as instalações prediais às normas de prevenção e combate a incêndio e pânico. Iniciado em 2013, foi considerado um projeto estratégico da Casa durante o biênio 2021-2022. Nesses dez anos, propiciou diversas entregas, entre as quais a instalação do sistema de detecção e de alarme de incêndio no Plenário Ulysses Guimarães e em salões do Edifício Principal. Periodicamente, a Câmara dos Deputados vinha realizando a usual manutenção nesses sistemas, assim como nos de combate a incêndio (hidrantes e extintores de incêndio). No dia da invasão, os equipamentos estavam em funcionamento e se revelaram determinantes para a contenção de danos ainda mais severos à Casa.

Outra medida para a contenção de danos foi a adoção, no carpete do Salão

Verde, de material antichamas retardante, que ajudou na não propagação de pequenos focos de fogo iniciados pelos manifestantes.

Parte dos quadros elétricos do Edifício Principal havia sido substituída e passara a contar com disjuntores diferenciais residuais. Tais dispositivos impediram que acidentes com eletricidade, como eletrochoques, ocorressem durante a invasão.

Diversas portas, instaladas em locais estratégicos no entorno do Salão Verde, impediram a dispersão dos manifestantes para outras partes do Edifício Principal e para o Edifício Anexo II.

A Casa também já tinha estruturado plano de gerenciamento de riscos e de salvamento imediato, para ser aplicado em situações de emergência.

A Câmara dos Deputados, também, participou das reuniões coordenadas pela Secretaria de Segurança Pública do

Distrito Federal (SSP/DF) com o intuito de promover ações de segurança na Esplanada dos Ministérios e na área central de Brasília no dia 8 de janeiro. Cabia à Câmara dos Deputados realizar, em conjunto com o Senado Federal, o cercamento de todo o perímetro do Congresso Nacional com gradis, medida já adotada em situações anteriores.

9.1.2 MEDIDAS EMERGENCIAIS

Assim que os manifestantes começaram a se aproximar do Congresso Nacional, houve convocação de reforço de policiais legislativos federais, que se somaram à equipe inicial. Ao todo, 49 policiais legislativos federais realizaram a defesa da Casa naquela data.

Ao formarem barreira junto à porta que separa o Plenário Ulysses Guimarães do Salão Verde, foi possível minimizar os danos ao principal e mais emblemático ambiente de debates da Câmara dos Deputados. Além dos policiais, havia 18 vigilantes alocados nos postos internos da Câmara dos Deputados e 4 bombeiros civis de plantão.

No início da invasão, os bombeiros já estavam equipados com recursos logísticos, tais como maca de transporte, prancha rígida completa, bolsa de atendimento pré-hospitalar, duas manguei-

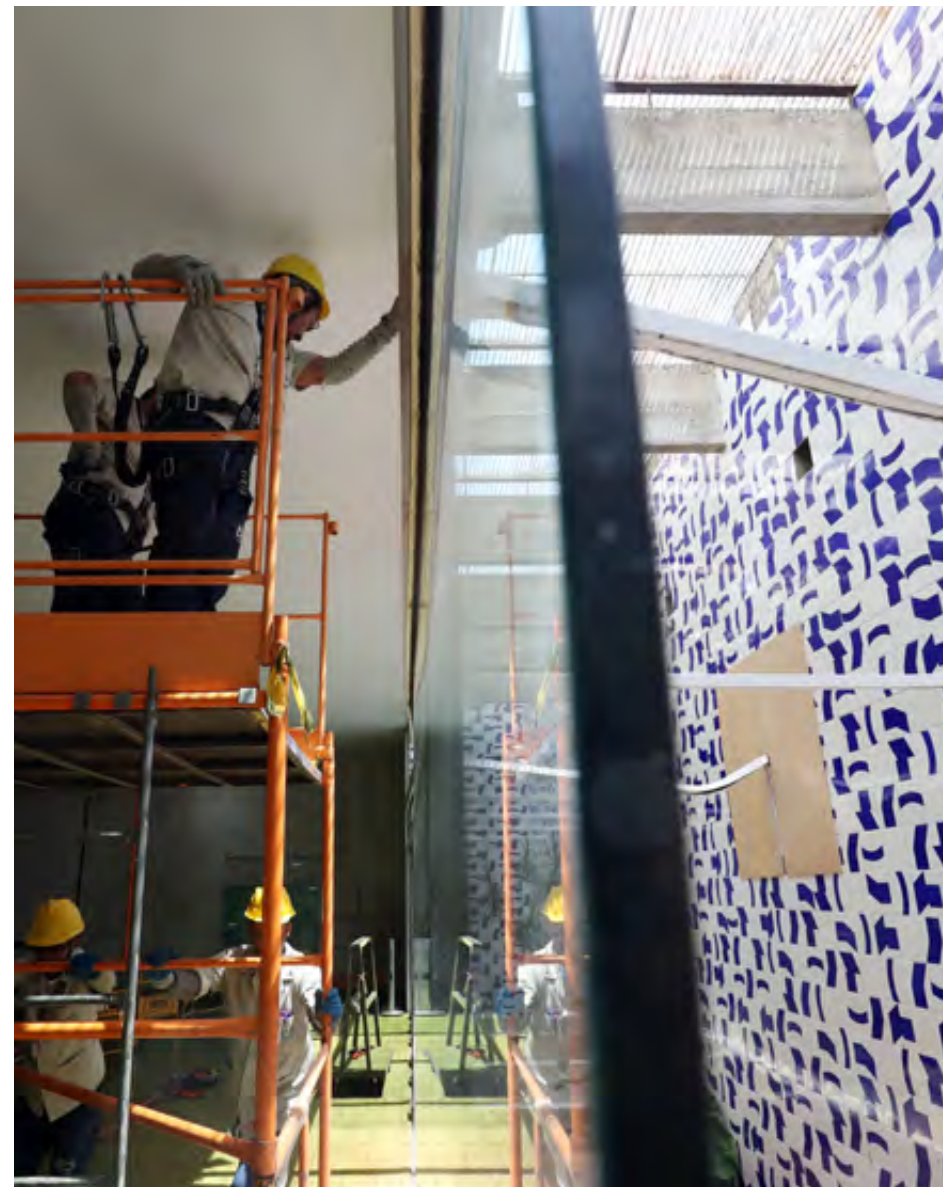
ras de 15 m, esguicho e extintores, na Chapelaria e no Salão Negro. No decorrer do dia, outros 18 brigadistas vieram compor com o restante da equipe escalada.

Além disso, foram acionados servidores e colaboradores de outras áreas da Casa, o que possibilitou coordenar o desligamento dos quadros elétricos gerais do Edifício Principal e do Edifício Anexo I – prédio de 28 andares –, para mitigar os riscos de choques elétricos e realizar a comunicação imediata à brigada de incêndio dos locais com alarme de fumaça identificados pela central de monitoramento remoto.

Após finalizadas as perícias da Polícia Federal, os servidores e colaboradores iniciaram o trabalho imediato de contenção dos danos. Entre esses esforços, destacam-se:

- limpeza dos espaços depredados;
- descarte de materiais inservíveis;
- reparos e manutenções possíveis nas instalações e nos acabamentos das edificações;
- remoção de bens em condições de reparo e levantamento prévio dos danos ocasionados.

Em virtude das medidas de defesa realizadas pelos policiais legislativos federais e das prontas ações de recuperação das equipes de manutenção, lim-



peza e conservação, que chegaram a mais de 700 pessoas, o Plenário Ulysses Guimarães pôde funcionar em 9 de janeiro, dia seguinte aos ataques, para a votação da intervenção federal na segurança pública do Distrito Federal.

9.1.3 MEDIDAS POSTERIORES

Após o evento de 8 de janeiro, foram adotadas diversas medidas para estimar e equacionar os prejuízos, bem como para reforçar a segurança da Casa, com vistas à prevenção de ocorrência futura de eventos similares. As principais medidas foram: reavaliação da segurança das instalações e dos protocolos de segurança da Casa; inspeção de todas as instalações da Câmara dos Deputados, com elaboração de plano para incremento da segurança, incluídas sugestões de melhoramentos como colocação de portas blindadas no Plenário, no acesso entre o Salão Verde e o Salão Negro, e entre o Salão Branco e o piso de acesso à escada verde; reforço e blindagem do gradil que guarnece as escadas localizadas entre as cúpulas do Congresso; criação de plano de contingência para proteção de obras de artes e mobiliário; e criação de protocolo conjunto de comunicação e de ação com as forças de segurança externa.

As ações emergenciais previstas no Plano de Gerenciamento de Riscos para Salvamento e Preservação dos Bens começaram a ser realizadas no dia seguinte à invasão, tais como: realização dos diagnósticos de danos aos bens atingidos; registro fotográfico de todo o acervo; higienização das peças; transporte dos objetos para o Laboratório de Conservação-Restauração para a devida guarda, proteção e reunião dos itens recuperados.

Adicionalmente, a Câmara dos Deputados participou do Grupo Especial de Defesa da Democracia, no âmbito da Advocacia-Geral da União, destinado a tratar dos desdobramentos relativos aos atos ocorridos em 8 de janeiro de 2023.

Em suma, as medidas preventivas foram fundamentais para evitar danos ainda maiores às pessoas e ao patrimônio público. Esta Casa cumpriu as obrigações assumidas no Protocolo de Ações Integradas.

9.2 OS 35 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

O ano de 2023 foi marcado pela comemoração dos 35 anos da Constituição Federal do Brasil. A Segunda-Secretaria recebeu a missão de coordenar as ações da Câmara dos Deputados alusivas à data. Uma série de atividades foi realizada para esse evento especial, que reconhece a importância histórica desse marco fundamental e o compromisso contínuo do Parlamento brasileiro com a construção de um país mais justo e democrático.

Na realização das atividades, foram firmadas parcerias com outros órgãos da Casa e instituições parceiras, para integrar os esforços e potencializar as comemorações.

9.2.1 SESSÃO SOLENE DO CONGRESSO NACIONAL

Chefes dos três poderes da União, além de outras autoridades, reuniram-se em sessão solene do Congresso Nacional para festejar o aniversário da Constituição Cidadã. O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luiz Roberto Barroso, o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, e os presidentes da Câmara dos Deputados e do

Senado Federal, deputado Arthur Lira e senador Rodrigo Pacheco, respectivamente, destacaram a importância de se fortalecer a democracia por meio da defesa da Carta Magna.

9.2.2 SELO COMEMORATIVO



Por meio de uma parceria com os Correios, foi lançado selo alusivo ao 35º aniversário da Carta Magna. Um acordo formal foi firmado entre a Câmara dos Deputados e a empresa pública, que resultou na tiragem de 10 mil blocos com o selo, disponibilizados em todas as agências dos Correios do Brasil. O selo foi lançado durante a sessão solene e sua obliteração formalizada pelos presidentes das Casas e pela Segunda-Secretaria da Câmara dos Deputados, em cerimônia conduzida pelo presidente dos Correios.

9.2.3 EXPOSIÇÃO CULTURAL

Em articulação com a Diretoria Executiva de Comunicação (Direx), a Segunda-Secretaria incorporou às comemorações uma exposição que celebrou a Constituição Federal. Para a mostra, foi utilizada parte dos 28 mil registros fotográficos do momento em que as multidões contribuíram, de forma pacífica e ativa, para os novos rumos do Brasil.

Concurso de desenho

Compôs a exposição um concurso de desenhos realizado pelo Portal Plenário, com o tema “Constituição, Democracia e Infância”. Foram recebidas **520 obras** de estudantes do ensino fundamental de todo o Brasil em duas categorias: 1º Ciclo e 2º Ciclo do Ensino Fundamental. **Dez obras foram selecionadas** para integrar a exposição, ser transformadas em cartões postais com porte pago distribuídos na exposição e no Programa de Visitação da Casa e, ainda, compor um calendário comemorativo. Os **dois** primeiros colocados em cada categoria tiveram como premiação uma viagem a Brasília com acompanhante para participarem da cerimônia de abertura das exposições.

9.2.4 PUBLICAÇÕES

Como parte do esforço integrado entre vários setores da Casa, foram lançadas publicações comemorativas à data.

A voz do cidadão – volume 2

A *voz do cidadão na Constituinte*, da Edições Câmara, constitui um trabalho minucioso, fruto do esforço de apresentar um painel do que foi a intensa participação popular no processo de elaboração da Constituição Cidadã. Enquanto o primeiro volume, lançado nos 30 anos da Carta Magna, revive os mecanismos de participação popular ao longo do trabalho da Constituinte, destacada a presença de pessoas negras, de indígenas, de trabalhadores domésticos, de pessoas com deficiência e de consumidores, no **volume 2**, os pesquisadores se dedicaram a estudar como as demandas do povo em áreas essenciais como educação e saúde se transformaram em proteção inscrita no texto constitucional.

Edição comemorativa da Constituição



Foi lançada, ainda, uma edição comemorativa da Constituição, pela Edições Câmara, com **300 exemplares** da Constituição atualizada, impressos com capa especial, distribuídos com marcadores de livro para autoridades, parlamentares e convidados dos eventos alusivos à data. Acompanhava o *kit*, ainda, um bloco de anotações.

Mulheres na Constituinte

O livro *Mulheres constituintes: atuação, legados e trajetória*, da deputada constituinte Moema São Thiago, conta a história da atuação das deputadas constituintes na ocasião da elaboração da Carta Magna. A publicação é uma iniciativa da autora que foi agregada

às ações comemorativas e lançada durante o seminário **Os 35 Anos da Constituição Federal**.

9.2.5 SEMINÁRIO

Partindo da concepção de que, além de legislar, fiscalizar e representar, o parlamento deve exercer uma missão de cunho político-pedagógico, de educar para a democracia, a Câmara dos Deputados realizou o seminário **Os 35 anos da Constituição de 1988**.

Foi um momento de resgate do processo de construção da nossa Carta Magna por meio de **relatos dos próprios constituintes**, com análises sobre as potencialidades da Constituição e os caminhos que podem ser trilhados no sentido da sua efetivação plena, com a participação de especialistas no tema.



A Segunda-Secretaria concedeu certificado aos participantes.

9.2.6 AUDIOVISUAIS

A Segunda-Secretaria, em articulação com a Secretaria de Comunicação Social da Casa, sugeriu e integrou, nas ações comemorativas, uma série de conteúdos produzidos pelos veículos de comunicação.

Rádio e redes sociais



Durante o mês de outubro, a **Rádio Câmara** produziu, veiculou e publicou nas redes sociais uma série especial de *podcast*, com cinco reportagens sobre a Constituição de 1988. Em cada capítulo, foram relatadas histórias sobre a participação popular na construção do texto constitucional, bem como a atuação feminina, as memórias do período da Constituinte e as particularidades da lei que marcou o retorno e a consolidação da democracia no país.

TV Câmara

Produções especiais da **TV Câmara** se dedicaram à análise dos temas constitucionais mais relevantes nas últimas três décadas.

Documentário

O [documentário](#) *Filhos da democracia: os 35 anos da Constituição Federal* traz as impressões de brasileiros e brasileiras – alguns nascidos em 1988 – de todas as regiões do país que viveram as transformações proporcionadas pela Constituição Cidadã.

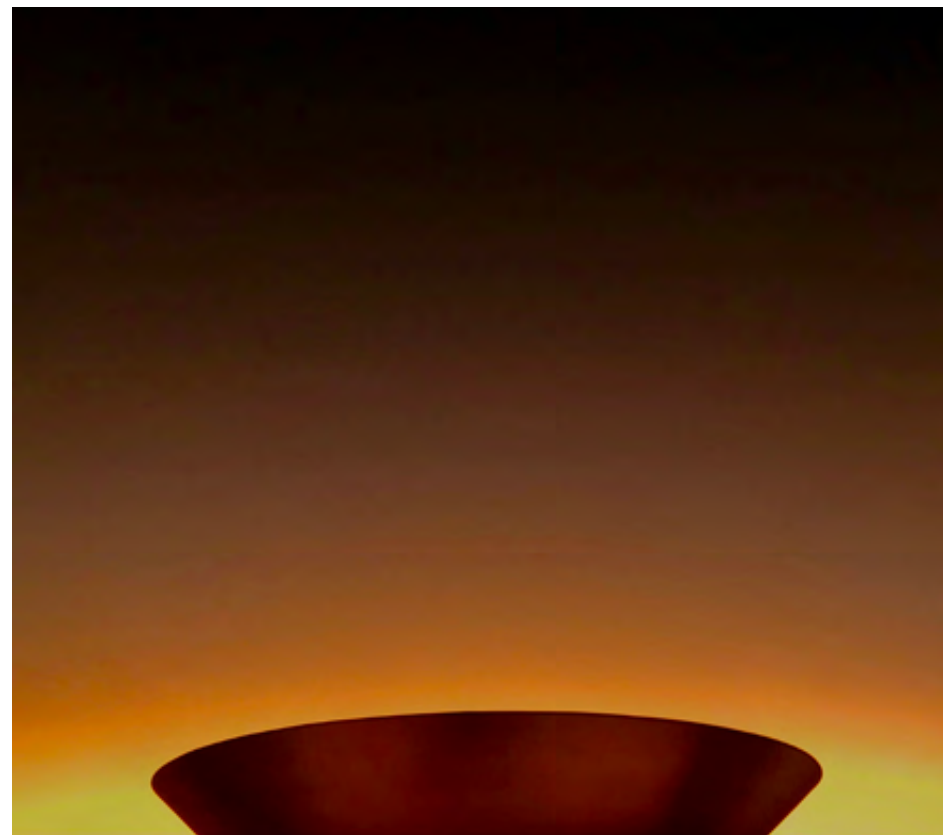
9.2.7 PÁGINA NO PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS



Para consolidar todas as informações acerca das comemorações dos 35 anos da Constituição Federal na Casa e, assim, facilitar o acesso do cidadão à programação e aos conteúdos produzidos, criou-se uma [página no portal da Câmara dos Deputados](#) integrada à página da Segunda-Secretaria. Lá estão disponíveis todos os *links* para as pu-

blicações e as produções audiovisuais, bem como a programação realizada e os registros fotográficos.

Além de promover transparência, a iniciativa serve também à preservação do conteúdo histórico e da memória da instituição.





10
ANEXOS E
APÊNDICES

□ 10.1 DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO

A Câmara dos Deputados, no cumprimento do dever de prestar contas, conforme o art. 70 da Constituição Federal, apresenta o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2023, que contém a síntese dos resultados das ações empreendidas no esforço de melhor cumprir as competências constitucionais e legais que lhe são próprias, bem como de evidenciar a regular aplicação dos recursos públicos. A preparação e a elaboração deste documento foram apoiadas nas diretrizes e nos elementos do relato integrado, com vistas a

apresentar um panorama sobre a atuação da Casa para alcançar objetivos de curto, médio e longo prazos, em especial quanto à gestão de recursos orçamentários, humanos, tecnológicos, sob o ponto de vista da eficiência e da conformidade. Assim, o CGE, formado pelos titulares das unidades administrativas representantes da governança desta Casa, declara que o Relatório de Gestão do exercício de 2023 está alinhado ao novo modelo de prestação de contas e que suas informações são íntegras.

Celso de Barros Correia Neto
Diretor-Geral

Lucas Ribeiro Almeida Júnior
Secretário-Geral da Mesa

Lucíola Calderari da Silveira e Palos
Diretora-Geral Adjunta

Alexandre Camilato Brilhante
Secretário-Geral da Mesa Adjunto de Planejamento da Atividade Legislativa

Cleber Queiroz Machado
Diretor-Executivo de Comunicação e Mídias Digitais

Milton Pereira da Silva Filho
Diretor de Recursos Humanos

Mauro Limeira Mena Barreto
Diretor Administrativo

Wagner Primo Figueiredo Júnior
Consultor-Geral

Sebastião Neiva Filho
Diretor de Inovação e Tecnologia da Informação

Valéria Santos Paiva Dias Lima
Chefe da Assessoria de Projetos e Gestão



edições câmara
INSTITUCIONAL



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

